GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Tradução de Lúcia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 456 p.

tras palavras, o que os homens e mulheres fazem sexualmente costuma diferir, e existem prescrições e experiências específicas ligadas à conduta sexual conforme o gênero (Snitow, Stansell e Thompson, 1984; Vance, 1984). Essas diferenças de gênero são freqüentemente tratadas como tendo origem biológica e, em conseqüência disso, as diferenças na conduta sexual dos dois gêneros são vistas como tendo raízes biológicas similares, ou como sendo determinadas pelas diferenças de gênero produzidas por diferenças biológicas anteriores. O que se tem confundido nesse debate é a diferença entre a conduta reprodutiva, a conduta de gênero e a conduta sexual. É claro que a conduta reprodutiva é organizada, em parte, pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas a gravidez e o parto são, muitas vezes, um componente pequeno da conduta reprodutiva, têm apenas uma influência limitada na conduta do gênero e na conduta sexual, e não determinam esta nem aquela, exceto nas culturas que impõem a congruência de ambas. Os padrões apropriados de conduta reprodutiva, sexual e de gênero são produto, todos eles, de culturas específicas, e todos podem ser vistos como exemplos de condutas socialmente roteirizadas. As sociedades ocidentais têm hoje um sistema de aprendizagem sexual e de gênero em que roteiros diferenciados conforme o gênero são aprendidos antes dos roteiros sexuais, mas em que estes se originam, em parte, em tais roteiros de gênero previamente aprendidos (Gagnon, 1979; Thorne e Luria, 1986). Há dois pontos importantes a salientar: o primeiro é que o gênero e a sexualidade são formas aprendidas de prática social, e o segundo é que buscar nas "diferenças naturais" entre homens e mulheres lições sobre a conduta sexual constitui um erro (Rubin, 1975, 1984).

Estas cinco grandes concepções, portanto, serviram de esteio para o conceito de roteirização sexual: (1) a conduta sexual é inteiramente determinada pela história e pela cultura; (2) o significado na conduta sexual não se encontra numa interpretação da atividade corporal dos indivíduos; (3) a ciência da sexualidade é histórica e culturalmente determinada em igual medida; (4) a sexualidade é

adquirida, mantida e desaprendida em todos os seus aspectos, e é organizada pela estrutura social e pela cultura; e (5) o gênero e a sexualidade são formas aprendidas de conduta e se ligam de maneiras diferentes nas diferentes culturas. É importante assinalar que, nesta visão, todas as condutas seguem roteiros, e que a teoria da roteirização não deve ser aplicada meramente à conduta sexual, mas a todas as formas de conduta social.

CONCEITO DE ROTEIRIZAÇÃO

A formulação extensa original da roteirização foi enunciada da seguinte forma, um tanto negativa: "Sem os elementos apropriados de um roteiro que defina a situação, nomeie os atores e trace o mapa do comportamento, é provável que não aconteça nada de sexual. É fácil conceber numerosas situações sexuais em que todos ou quase todos os ingredientes de um evento sexual se acham presentes, mas que se mantêm assexuais, no sentido de que nem sequer ocorre a excitação sexual" (Gagnon e Simon, 1973, p. 17). O propósito dessa passagem foi sugerir que: (a) a conduta sexual envolvia um esquema cognitivo organizado (ao qual demos o nome de roteiro), do qual os atores necessitavam para reconhecer que se tratava de uma situação potencialmente sexual; (b) tal reconhecimento envolvia uma interação complexa entre a pessoa e o contexto, e não uma simples reação a sinais sexuais universais; e (c) a conduta sexual é provocada mais pelo contexto do que impulsionada por estados internos (é mais negociada do que automática ou movida por impulsos). Em termos mais positivos, afirmou-se: "Os roteiros estão implicados na aprendizagem do significado dos estados internos, na organização das seqüências de atos especificamente sexuais, na decodificação das situações novas, no estabelecimento de limites para as respostas sexuais e na vinculação de sentidos provenientes de aspectos não-sexuais da vida à experiência especificamente sexual" (Gagnon e Simon, 1973, p. 17).

O roteiro é aquilo que liga os sentimentos de desejo e prazer ou de repulsa e desintegração às atividades corporais associadas ao con-

tato físico e aos sinais físicos de excitação. Por conseguinte, a ereção não conota automaticamente o prazer, como tampouco o faz o orgasmo. A seqüência do que deve ser feito num ato sexual depende da existência prévia de um roteiro que defina o que deve ser feito com tal ou qual pessoa, em tal ou qual circunstância, em tal ou qual ocasião, e quais são os sentimentos e motivações apropriados a esse evento (horror ou deleite, raiva ou incentivo). Ao mesmo tempo, o roteiro fornece orientação quanto ao que é ou não é uma situação sexual e contém os elementos que ligam a vida erótica à vida social em geral (por exemplo, o conhecimento dos roteiros etários, do que é um adulto ou uma criança, é um guia sobre o que são os parceiros sexuais apropriados). Mas os roteiros não são uma mera propriedade cognitiva de atores isolados; devem existir como parte da estrutura social: "O roteiro é a organização de convenções mutuamente compartilhadas que permite que dois ou mais atores participem de um ato complexo, que envolva a dependência mútua" (Gagnon e Simon, 1973, p. 18).

Nessa formulação inicial, a roteirização era vista como algo que funcionava primordialmente em dois níveis: o intrapsíquico e o interpessoal, isto é, o nível da vida mental (entendida, em linhas gerais, como os planos para o futuro, os guias para a ação atual e os esquemas de rememoração) e o nível da interação social (tal como usada na realização de atividades sexuais). Em outros trabalhos iniciais, essas duas dimensões foram exploradas com mais detalhes. No artigo "Os roteiros e a coordenação da conduta sexual" (Gagnon, 1974), analisou-se a relação entre uma descrição naturalista da conduta sexual, que usava formas narrativas convencionais, e a descrição de Masters e Johnson sobre a excitação sexual e o ciclo do orgasmo. Havia nisso diversos aspectos em questão. O primeiro era saber até que ponto as etapas do ciclo orgástico, tal como descritas por Masters e Johnson, dependiam do roteiro culturalmente aceitável da conduta sexual, de tal modo que a excitação, a estabilização, o orgasmo e a resolução descreveriam menos estados biológicos distintos do que estados mentais distintos (aliás, nenhum marcador biológico distinto indica as mudanças de estado). O segundo era até que ponto

os roteiros coordenariam a execução efetiva de atos sexuais durante uma parceria sexual (nesse ponto, a preocupação era com a relação entre o interpessoal e o intrapsíquico). O terceiro era até que ponto as representações científicas da sexualidade subestimavam o papel dos componentes não-sexuais na prática de atividades sexuais que se afiguravam bem simples.

A abordagem dos roteiros em Gagnon (1974) ficou na interface entre a vida mental e a ação social, e tendeu a tratar os roteiros como se estes fossem, basicamente, projetos cognitivos bem organizados, ou recursos heurísticos para nortear e corrigir a ação. Em contraste, Simon (1974) examinou a idéia de que a forma narrativa dramática convencional só era apropriada quando aplicada a seqüências de ação externas. Ao lidarmos com elementos eróticos no campo intrapsíquico, lidamos com um conjunto mais complexo de significados simbólicos superpostos, o qual tem muito mais a ver com as tradições não-narrativas da representação e das imagens literárias. O que excita pode não ser o projeto de praticar o sexo, mas o material simbólico fragmentado extraído dos meios de comunicação de massa ou da experiência mais local. Nesse ponto, os modos apropriados de análise da vida mental deveriam partir de uma tradição mais surrealista, da poesia ou de outras fontes de formas mais condensadas de significação. Assim, a concepção de Stoller sobre o "microponto", que produz excitação e atividade sexual quando se tem acesso a ele, é uma concepção mais ou menos similar (Stoller, 1976). No teatro da mente, o ator responde a um odor, a uma experiência prévia, ao corpo de outra pessoa ou a um objeto-fetiche que proporciona a motivação para um intercurso marital competente. Essa visão sugere duas etapas de processos mentais quando se lida com desejos sexuais. Existem os "fragmentos" e "emoções" mentais eróticos, que são a fonte dos sentimentos do erótico. Posteriormente, estes são codificados em roteiros cognitivos mais organizados, que constituem os guias das interações concretas com outras pessoas. Essa necessidade de uma roteirização interna ocorre durante todas as condutas sexuais que envolvem a coordenação da vida mental com o comportamento social. Entre elas, inclui-se a masturbação, que implica a

coordenação da fantasia com a manipulação do próprio corpo (Gagnon, 1977).

Além dos níveis de roteirização nos planos intrapsíquico e interpessoal, os trabalhos mais recentes têm-se concentrado na necessidade de identificar os roteiros no nível cultural como parte da perspectiva da roteirização. Estes foram considerados pela primeira vez em 1973 (Gagnon e Simon, capítulo 9), na análise das representações de sexo explícito, mas só plenamente abordados um pouco depois. A análise das representações de sexo explícito (ou pornografia, como as chamávamos na época) sugeriu três pontos importantes:

1. Tais representações, apesar de, em geral, serem de um gênero literário e visual sumamente limitado, incluíam uma grande variedade de pistas sociais que indicavam aos leitores e espectadores que era apropriado excitar-se ou imaginar-se fazendo coisas sexuais com "aquela gente" (é por isso que se considera apropriado, no cinema ou na televisão norte-americanos, assassinar as mulheres que fazem parte da indústria do sexo ou que mantêm relações sexuais sem compromisso).
2. As representações sexualmente explícitas e a fantasia guardavam uma relação estreita, porém muitos indivíduos tinham fantasias que não apareciam nessas representações, e muitas pessoas que fantasiavam não aceitavam as representações sexuais que lhes eram oferecidas (nesse aspecto, há um contraste importante entre mulheres e homens) (Snitow, Stansell e Thompson, 1984; Vance, 1984).
3. As representações de sexo explícito nas culturas do Ocidente eram uma mercadoria sumamente iterativa e entediante, consumida de modo irregular pela maioria dos consumidores (Kutchinsky, 1973).

Vistos por esse prisma, até uma simples fotografia que exiba o sexo oral ou um *close-up* dos órgãos genitais durante o coito fazem parte de um evento roteirizado, em vez de serem sinais eróticos essencialmente significativos. Em alguns casos, o contexto social da visualização (por exemplo, um grupo de garotos que circula uma

fotografia de sexo explícito) proporciona sentido e tensão erótica à fotografia. Noutros, o observador bem treinado, mesmo em particular, fornece o roteiro que cerca a imagem isolada, para fazer com que ela tenha um sentido narrativo, e busca na imagem indícios que sugiram por que aquele pênis está naquela boca. A juventude da mulher ou do homem, o tamanho do pênis, a cor do cabelo, a maquiagem, a "expressão dos rostos", tudo isso é interpretado de modo a dar sentido ao que é um arranjo sumamente abstrato de cores ou de luz e sombra.

As representações de sexo explícito foram o primeiro exemplo criteriosamente analisado de um "cenário cultural", isto é, de instruções, no nível cultural, sobre como as pessoas deveriam e não deveriam portar-se sexualmente. O problema não era uma simples questão de normas, regras, valores ou crenças abstratos, mas de como esses elementos normativos e atitudinais se integravam nas narrativas sexuais a que foi dado o nome de *roteiros*. As pessoas aprendem sobre a vida ao receberem instruções sobre como agir, instruções estas que se encontram inseridas em histórias com desfechos bons e ruins (essas histórias identificam o que deve [ou não deve] ser feito, onde fazê-lo, quando fazê-lo, com quem fazê-lo e por que fazê-lo). O mesmo se dá com a sexualidade; diz-se às pessoas que, se elas fizerem isto ou aquilo, com tais pessoas, em tais momentos e lugares, haverá conseqüências. Oficialmente, o masturbador se debilitará, ficará socialmente retraído e prejudicará seu crescimento, e é assim que temos as histórias de Struwelpeter, no folclore alemão, ou o exemplo de Uriah Heep, em Charles Dickens (Atwood, 1981).[2] Existem cenários culturais negativos semelhantes, a respeito da masturbação, na literatura científica e nas instruções destinadas aos jovens. As histórias de advertência concernentes à sexualidade e ao gênero são particularmente comuns. Assim, a mulher que não se casa, ou que não é seletiva no tocante a seus parceiros sexuais, é

[2] Struwelpeter é o personagem-título do livro do mesmo nome, escrito em 1844 por Heinrich Hoffmann; Uriah Heep é um dos vilões do romance *David Copperfield*, de Charles Dickens, que surge inicialmente como um adolescente de 15 anos. (N. da T.)

assassinada por um paquera de bar (*À procura de Mr. Goodbar*) ou devorada por um tubarão (*Tubarão*), como castigo por violar os cenários apropriados do gênero/sexualidade representados pelo casamento e pela fidelidade.

As instruções culturais sobre a sexualidade, no entanto, não existem meramente sob a forma de textos literários; faz-se referência a estes, simplesmente, por serem os mais fáceis de analisar. Tais instruções culturais estão inseridas na organização das instituições sociais e na prática da vida cotidiana dessas instituições (ver Roberts, 1980). A família, a escola, as Igrejas, as forças armadas, as organizações empresariais, as universidades, a medicina e, talvez mais explicitamente do que todas, o direito e o sistema de justiça criminal são, todos, sistemas de instruções sobre a sexualidade, tanto em relação ao que se diz oficialmente quanto à maneira como são organizados. Assim, nas modernas sociedades ocidentais, o direito contém em seu bojo as codificações do que o Estado julga ser a conduta sexual correta e apropriada (Gebhard et al., 1965). O sistema policial, de maneira bastante intermitente e seletiva, impõe o cumprimento das proibições, detendo, encarcerando e estigmatizando diversas pessoas. Os meios de comunicação de massa fazem reacontecer os eventos gerados pelos atos do sistema de imposição da lei, reapresentando-os na televisão e na imprensa.

Similarmente, em sua prática cotidiana, outras instituições oferecem instruções formais e informais sobre os cenários sexuais: as escolas oferecem educação sexual e separam os meninos e meninas em várias trilhas pertinentes ao gênero; as Igrejas oferecem versões do que é sexualmente bom e ruim; as organizações empresariais reprimem ou toleram o assédio sexual; a medicina, instituição dominada pelos homens, lida com os problemas sexuais de homens e mulheres com um sexismo tecnologizado; e as universidades promovem disciplinas que proporcionam uma pesquisa e uma pedagogia convencionais sobre a sexualidade. Nas sociedades complexas, esses cenários culturais da sexualidade não são monolíticos nem hegemônicos, nem mesmo dentro das instituições. Ao contrário, há uma luta constante entre grupos e indivíduos para promover seus

próprios cenários. Alguns grupos e indivíduos são mais poderosos do que outros, mas nenhum indivíduo, grupo ou instrumento detêm o controle completo dos cenários sexuais da maioria das sociedades do Ocidente.

Portanto, podemos descrever os roteiros sexuais com três níveis: o intrapsíquico, o interpessoal e o panorama cultural (Simon e Gagnon, 1986, 1987). Há duas maneiras de considerar esses níveis: a primeira implica uma descrição estática, e a outra, um exame das relações dinâmicas e interativas entre os níveis das diferentes culturas e ao longo da vida. Na concepção mais estática, na qual a roteirização sexual existe em três níveis relativamente distintos, podemos pensar nos cenários culturais como guias de instrução que existem no plano da vida coletiva. Assim, todas as instituições e arranjos institucionalizados podem ser interpretados como sistemas semióticos por meio dos quais são fornecidos os requisitos e práticas de papéis específicos. As instruções concernentes aos papéis acham-se inseridas em narrativas (os roteiros de cada papel específico) e proporcionam a compreensão que torna plausíveis a entrada, o exercício e a saída dos papéis. Nesse caso, o indivíduo pode ser tratado como um membro mais ou menos ativo da platéia a que se destinam as instruções sociais e, dependendo de algumas variáveis (como idade, classe, etnicidade), pode ser mais ou menos receptivo a tais instruções.

Os roteiros interpessoais funcionam no nível da interação social, e a aceitação e utilização de tais roteiros constituem a base de padrões contínuos de comportamento social estruturado. Nesse caso, o indivíduo é um ator que atende às expectativas de outras pessoas e norteia sua conduta em termos da conduta alheia. É esse uso do conceito de roteiros que é o mais cognitivista e marca a interface entre a vida de interação e a vida mental.

Os roteiros intrapsíquicos representam o conteúdo da vida mental, em parte resultante do conteúdo dos cenários culturais e das demandas de interação e, em parte, independente destes. Os problemas concernentes a ligar o significado (a cultura) à ação (a interação social) manifestam-se no campo do intrapsíquico. Portanto, os ro-

teiros intrapsíquicos têm diversas origens. Muitas vezes, compõem-se de versões de cenários culturais que foram improvisadas e, em alguns casos, permanentemente revisadas para atender às exigências da interação concreta. Em muitos casos, a versão ideal do cenário cultural (como o sujeito deve portar-se) e as variações pragmáticas são concomitantemente guardadas na cabeça do indivíduo. Esses roteiros podem ir de narrativas cognitivas sumamente ordeiras até fragmentos de desejos, lembranças e planos. À medida que nos aproximamos mais da interação, os roteiros intrapsíquicos costumam tornar-se mais ordeiros, assemelhando-se mais a projetos ou esquemas, embora os componentes mentais que motivam a interação possam não ter grande destaque. O indivíduo, nesse caso, é um dramaturgo que roteiriza sua própria conduta, a fim de lidar com a natureza problemática da interação.

Na prática da vida social, cultural e mental, os níveis de roteirização têm uma interação dinâmica. Na interface da cultura e da vida mental, o indivíduo é platéia, crítico e revisor, à medida que o material dos cenários culturais é importado para os roteiros intrapsíquicos. Na interface entre a interação e a vida mental, o indivíduo é ator, crítico e dramaturgo. No mundo privado da vida mental, ele funciona também como fantasista, memorialista e utopista (ou antiutopista), trabalhando com os materiais da interação e da cultura a fim de criar alternativas inovadoras para os cenários culturais dados e os padrões contemporâneos de interação. Alguns indivíduos tentam tornar manifestas essas novas combinações de significado e ação, criando novas formas de cultura por meio da interação. É importante assinalar que não há interface direta entre a cultura e a interação; esses efeitos são inteiramente mediados pela vida mental (ou pelo intrapsíquico).

Essa interação entre níveis de roteirização tem dimensões históricas, culturais e individuais. Existem culturas e épocas históricas em que não há conflito entre os significados culturais aceitos e as oportunidades de interação; os cenários culturais servem de moldes adequados à interação, e o indivíduo simplesmente monitora a qualidade dos desempenhos.

> *Entretanto, mesmo nos contextos sociais aparentemente mais tradicionais, os cenários culturais raras vezes prevêem o comportamento real. Para cumprirem sua função própria, esses cenários têm de ser genéricos demais, em termos abstratos, para ser sistematicamente aplicáveis a todas as circunstâncias. [...] A própria possibilidade de uma incongruência entre o cenário abstrato e a situação concreta de interação tem de ser solucionada no plano da roteirização interpessoal.*
> *[...] A necessidade de criar roteiros interpessoais transforma o ator social, que deixa de ser exclusivamente um ator treinado em seu papel ou papéis, e [...] lhe acrescenta a tarefa de ser um autor ou adaptador parcial dos roteiros, à medida que se envolve na moldagem dos materiais de cenários culturais pertinentes em roteiros de comportamentos específicos do contexto* (Simon e Gagnon, 1986, p. 98-99).

O que essas citações pretendem frisar é que primeiro nos socializamos como espectadores ou aprendizes dos cenários culturais, mas, à medida que somos solicitados a encenar esses roteiros, temos de modificá-los, para atender às exigências das situações concretas em que nos encontramos, o que inclui as exigências das outras pessoas presentes nessas situações e nossas demais relações com elas. Nessas circunstâncias, passamos de atores puros, que lêem seu texto, a improvisadores com certos componentes de dramaturgos. Tais modificações podem ser mínimas, com um alto nível de congruência entre o que a cultura espera e o que a situação concreta requer, mas é possível que sejam necessários vários graus de improvisação. Nas situações radicalmente inéditas, somos solicitados a inventar conforme avançamos, mas vamos inventando com o material roteirizado previamente disponível, e não de forma inédita. "Quando as complexidades, os conflitos e/ou as ambigüidades tornam-se endêmicos no nível dos cenários culturais, impõem-se ao indivíduo exigências muito maiores. A necessidade de roteirizar o próprio comportamento, bem como a suposição implícita do comportamento roteirizado dos outros, é aquilo que gera um 'ensaio interno' signifi-

cativo 'em primeiro lugar', um ensaio interno que só pode tornar-se significativo quando há possibilidade de desfechos alternativos. [...] É isso que cria a fantasia, num sentido muito rico da palavra: a reorganização simbólica da realidade, de maneiras que a tornem cúmplice da realização dos desejos multifacetados e, às vezes, multiplamente verbalizados do ator" (Simon e Gagnon, 1986, p. 99).

A roteirização intrapsíquica é a atividade mental necessária quando se torna mais difícil ser simplesmente um ator social satisfatório, ou mesmo modificar o material dado dos cenários culturais. É claro que a relação entre os cenários culturais, os roteiros interpessoais e os roteiros intrapsíquicos é complexa, e difere não só nas diversas culturas e épocas, mas também dentro dos subgrupos culturais e entre os indivíduos das culturas e subculturas. Alguns indivíduos reproduzem fielmente, em sua conduta cotidiana, as instruções dos cenários culturais, sem incômodo e, muitas vezes, com entusiasmo. Outros consideram estranhas e perturbadoras as exigências da cultura e são incapazes de encenar os papéis exigidos, ou de criar maneiras de se isolarem das demandas da cultura ou dos papéis. Nestes últimos casos, a resposta pode ser o crime, a loucura, a arte ou a ciência.

A ROTEIRIZAÇÃO NA PESQUISA

A roteirização desempenha uma variedade de papéis explícitos e implícitos na pesquisa sobre a sexualidade. Em alguns casos, os pesquisadores adotam conscientemente uma perspectiva de roteirização na concepção dos estudos e na análise dos dados colhidos (*e.g.* Gagnon e Simon, 1987; Matalene, 1989; McCormick, 1987), porém, mesmo nesses casos, os dados colhidos só são relevantes para uma parte das questões teóricas gerais abordadas pela teoria. Os aspectos da roteirização podem limitar-se a um ou outro nível de roteirização (cenários culturais, roteiros interpessoais ou roteiros intrapsíquicos) ou às relações entre dois níveis específicos. Com mais freqüência, essa perspectiva pode ser usada para reanalisar dados colhidos para outros fins e tendo em mente outras visões teóricas

(Gagnon, 1974). No caso da teorização, alguns pesquisadores adotaram os elementos da perspectiva da roteirização que lhes pareceram úteis (por exemplo, Person, 1987).

Na maioria dos casos, entretanto, é implícita a presença da roteirização. Os pesquisadores concebem estudos que: (a) dependem do caráter roteirizado anterior da conduta do indivíduo; ou (b) dependem da apresentação de materiais estimuladores roteirizados a sujeitos de pesquisa que compreendam os roteiros; ou (c) presumem que os indivíduos são capazes de decompor e recompor as situações de roteiros para responder a perguntas específicas sobre sua conduta. Até a própria terapia sexual depende da preexistência de um roteiro normativo valorizado (o intercurso vaginal entre homens e mulheres deve levar ambos os parceiros ao orgasmo), para o qual é orientado o comportamento do casal portador de disfunções. Em todas as seções a seguir, estão presentes exemplos de cada um desses usos implícitos da perspectiva da roteirização.

É importante assinalar que há muitas dimensões da conduta sexual que não são abordadas neste capítulo. A seleção dos tópicos foi feita com base no volume de trabalho, no valor ilustrativo do caso ou na resistência obstinada do tema à perspectiva da roteirização (quanto mais resistente o tema, maior sua probabilidade de ser escolhido). Outros tópicos foram excluídos por diversas razões. O tema da sexualidade extramarital foi excluído, apesar de haver um *corpus* de trabalhos que examinam esse comportamento do ponto de vista da roteirização (Atwater, 1982; Bell, Turner e Rosen, 1975; Reiss, 1983; Richardson, 1985; Singh, Walton e Williams, 1976; Spanier e Margolis, 1983; Thompson, 1983). Muito desse comportamento pode ser entendido (com algumas variações) como parte dos roteiros sexuais das relações sexuais entre mulheres e homens. A prostituição feminina e masculina é, obviamente, um conjunto de desempenhos sexuais roteirizados, liberados mediante a troca de dinheiro. O sexo com parceiros do mesmo gênero, entre as mulheres, não é discutido aqui, em parte, por razões de espaço, mas também porque há necessidade de um exame mais rigoroso do caráter mutável das relações sexuais dentro da co-

munidade lésbica e da relação dessa comunidade com a sexualidade de todas as mulheres de uma mesma cultura (Wolf, 1979). A masturbação também não é examinada aqui, embora haja ótimas razões para vê-la como uma forma de comportamento solitária, mas inteiramente social (Atwood, 1981; Atwood e Gagnon, 1987; Gagnon, 1977, 1985, 1987).

A REESTRUTURAÇÃO DOS ROTEIROS DO SEXO COM O "GÊNERO OPOSTO" NAS POPULAÇÕES JOVENS

Há um corpo substancial de provas de que os cenários culturais e os roteiros interpessoais da conduta sexual juvenil (isto é, do período entre o início da adolescência e a casa dos vinte e poucos anos) passaram por mudanças consideráveis nos Estados Unidos nos últimos trinta anos. Dados provenientes de uma multiplicidade de estudos, voltados ao exame do uso de contraceptivos e da fertilidade das adolescentes e das mulheres jovens, sugerem que, desde o início da década de 1970, a idade na ocasião do primeiro coito, a proporção das moças que mantiveram relações sexuais com qualquer idade e o número de parceiros sexuais que essas jovens informam ter tido passaram por um aumento sistemático (Chilman, 1978; Gagnon e Greenblat, 1978; Hofferth e Hayes, 1987; Hofferth, Kahn e Baldwin, 1987). Ao que parece, o padrão de conduta sexual pré-marital identificado por Kinsey em populações de classe média, bem como por Reiss em estudos sobre as atitudes sexuais pré-maritais que se haviam consolidado nos anos de aumento explosivo da taxa de natalidade após a Segunda Guerra Mundial, começou a se modificar rapidamente nos últimos anos da década de 1960 e nos primeiros da de 1970 (Kinsey et al., 1953 ; Reiss, 1960, 1967).

Havia três cenários culturais concorrentes na heterossexualidade pré-marital no período de 1900-1950, registrados pelos estudos de Kinsey (Modell et al., 1978). O primeiro era o cenário moral e jurídico oficial, que exigia uma norma única de castidade pré-marital das mulheres e dos homens, no qual os jovens deviam escolher seus futuros parceiros conjugais mediante uma certa consulta aos pais, e no

qual, embora fosse esperável que "se apaixonassem" por esses futuros parceiros, não se esperava que eles se entregassem a mais do que simples abraços e beijos antes do casamento. As leis que criminalizavam a fornicação e o estupro por presunção de violência (a relação sexual com moças menores de idade), assim como os dogmas religiosos dominantes, encarnavam essas normas de conduta. Um segundo cenário, mais alinhado com as crenças cotidianas da população, presumia a existência de uma norma de dois pesos e duas medidas na prática sexual, segundo a qual os homens tinham a oportunidade de praticar atividades sexuais com as mulheres, enquanto se esperava que as mulheres se mantivessem castas. Isso exigia que o mundo das mulheres fosse dividido em dois grupos: o das sexualmente virtuosas e casadouras e o das sexualmente pecaminosas e não destinadas ao casamento. O terceiro cenário emergente na classe média, registrado por Kinsey, era que, como parte do processo de escolha séria de um parceiro, a moça e o rapaz podiam manter relações sexuais pouco antes do casamento, como parte da confirmação de um compromisso sexual e afetivo. A relação sexual pré-marital era realmente pré-marital, no sentido de ser uma preparação para o casamento.

A constatação, feita por Kinsey e seus colaboradores, de que metade das moças de classe média entrevistadas por eles havia mantido relações sexuais antes do casamento, mas de que a maioria delas as mantivera com seus futuros cônjuges nos seis meses anteriores ao casamento, confirmou uma mudança no cenário cultural da relação entre a sexualidade e o matrimônio nos Estados Unidos (Kinsey, Pomeroy e Martin, 1948; Kinsey et al., 1953). O que os dados estatísticos de Kinsey representaram foi a agregação de um vasto número de encontros sexuais roteirizados entre casais, caracterizados por medidas sumárias, como a idade por ocasião do primeiro coito (um acontecimento social roteirizado), o número de vezes em que ocorreu o intercurso (diversos eventos sexuais roteirizados), as práticas sexuais ocorridas em vários encontros sexuais (resumo de um conjunto roteirizado de comportamentos, que iam dos beijos ao coito) e o número de parceiros de cada pessoa (a mudança do "quem" numa seqüência de roteiros sexuais).

Essa abordagem de levantamento da prática sexual (não apenas na adolescência) viria a oferecer um resumo de muitos encontros sexuais que, na verdade, distribuíam-se seqüencialmente no período compreendido entre o começo da adolescência e o final da faixa etária dos adultos jovens (Gagnon e Greenblat, 1978). Qualquer indivíduo isolado, portanto, tinha uma história de relações de casal que, em geral, começava em algum ponto entre meados e final da adolescência. As primeiras relações de casal envolviam o coito com menos freqüência do que as posteriores, e cada relacionamento se compunha de encontros ("saídas") que envolviam um aumento da extensão das técnicas sexuais. Os relacionamentos podiam implicar apenas um único encontro, com graus variáveis de intimidade sexual; havendo a ocorrência de coito, eles eram descritos como "sexo acidental" ou "encontros de uma noite". Era mais comum esses eventos serem relatados por homens. A "relação de casal" ocorria ao longo de um período que se caracterizava por "encontros" ou "saídas" com níveis variáveis de formalidade e, nesses encontros ou saídas, os jovens se entregavam a atividades sexuais mais ou menos reguladas pelas questões da idade e da intimidade afetiva. Toda "relação de casal" tinha começo, meio e fim, e havia, em cada uma, até certo ponto, um aumento da intimidade sexual. À medida que esses relacionamentos se aproximavam da idade usual do casamento num determinado grupo social, a relação sexual se tornava cada vez mais provável. O importante é que cada encontro e cada relacionamento eram socialmente roteirizados, e esses eventos roteirizados eram ordenados por um conjunto maior de expectativas sociais (cenários) sobre a sexualidade adolescente e juvenil.

No começo da década de 1970, um número crescente de levantamentos fez a crônica das mudanças ocorridas nesses encontros roteirizados, mostrando a existência de um aumento do número de relações de casal nas quais havia intercurso sexual (caracterizadas como o número de parceiros sexuais) e revelando que o coito vinha ocorrendo num momento mais precoce da seqüência de relacionamentos (Gagnon e Long, 1971; Clayton e Bokemeier, 1980; Miller e Simon, 1974; Kantner e Zelnick, 1972). Na década de 1980, a

desvinculação entre essas relações precoces de coito e o casamento foi suficiente para que se tornasse razoável afirmar que o sexo entre moças e rapazes, no final da adolescência, vinha ocorrendo independentemente das expectativas de casamento (Furstenberg, 1982; Turner, Miller e Moses, 1989). Isso significava que as técnicas sexuais e a intimidade afetiva existentes nesses relacionamentos tinham por fim os próprios relacionamentos, e não um estado futuro para o qual o sexo constituísse uma garantia ou uma preparação.

Ao mesmo tempo em que os levantamentos indicaram ter havido uma reestruturação do momento e da ordenação da conduta sexual no início do curso da vida, tanto em termos de expectativas (cenários) culturais quanto em termos da conduta interpessoal (roteiros interpessoais), dois outros temas ganharam maior destaque na compreensão da sexualidade juvenil. O primeiro foi a relevância contínua dos roteiros diferenciados por gênero que serviam de esteio à interação sexual entre mulheres e homens, e o segundo, a roteirização da violência sexual e suas conseqüências para a vida sexual das mulheres (ver, adiante, a discussão sobre a violência sexual). Pelas pesquisas de Kinsey e pelas pesquisas do padrão vigente durante a década de 1950, de dois pesos e duas medidas, ficou claro que os homens e mulheres tinham roteiros diferentes para seus encontros sexuais comuns (Kinsey, Pomeroy e Martin, 1948; Kinsey et al., 1953). As interpretações originais de Kinsey sobre as diferenças comportamentais que ele observou se basearam na crença de que o ímpeto sexual das mulheres era mais fácil de inibir do que o dos homens (talvez em decorrência de alguma diferença cerebral), mas parece que ele abandonou essas idéias ao se deparar com a complexidade da sexualidade feminina, tal como apresentada no livro sobre as mulheres (Gagnon, 1978). Nesse caso, tal como no das relações homossexuais, ele teve de enfrentar o fato de que o orgasmo e a gratificação não eram as únicas medidas da experiência sexual, uma vez que mulheres e homens com preferência sexual pelo mesmo gênero tinham muitos contatos sexuais sem orgasmo. Essas diferenças foram agora reinterpretadas como conseqüência da provocação e da sanção sociais diferenciadas da sexualidade feminina e masculina,

em relação à socialização e aos meios culturais e sociais imediatos para a expressão sexual.

Os roteiros dos encontros sexuais, desde a fase de abertura até a separação do casal, são hoje reconhecidos como inteiramente ligados ao gênero, havendo uma expectativa convencional de que os homens se comportem assertivamente, tomem a iniciativa e conduzam as etapas subseqüentes, além de serem versados nas formas de prática sexual (embora as mulheres possam, com sucesso considerável, proporcionar uma abertura para esses encontros). Espera-se que as mulheres sejam mais passivas, mais dóceis nos primórdios das interações sexuais, e que se mostrem satisfeitas e receptivas à medida que tais interações evoluem (ver uma crítica dessas visões em Fine, 1988). No estudo de interações concretas, mesmo na atualidade, os roteiros interpessoais parecem harmonizar-se com os cenários culturais nessas questões (Clark e Hatfield, 1989). Essas táticas consoantes com o gênero, no manejo dos contatos sexuais no nível interpessoal, envolvem "cantadas" e "foras" bem conhecidos dos jovens, assim como algumas vias verbais e físicas diferentes que conduzem a níveis variados de atividade sexual e/ou de intimidade afetiva (LaPlante, McCormick e Brannigan, 1980; McCormick, 1979; McCormick e Jesser, 1983; Straver, 1980). O fato de esses contatos serem roteirizados, desde o momento do encontro até os mínimos detalhes da interação sexual física e das sensações de prazer sexual, deve ser fácil de generalizar para as táticas e interações que levam à conduta sexual em qualquer conjunto de parceiros sexuais potenciais, em qualquer momento do curso da vida.

ROTEIRIZAÇÃO DAS TÉCNICAS SEXUAIS

A seqüência de comportamentos físicos que compõem o contato sexual costumeiro entre mulheres e homens, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, afigura-se tão natural e razoável para muitas pessoas que parece exigir pouca reflexão, particularmente a reflexão científica (existem preconceitos culturais similares em torno da idéia de "zonas erógenas"; ver Gagnon, 1977). Essa falta de reflexão resulta em duas conceituações falhas (ou, talvez, em duas falhas da imaginação). A primeira conceitualização falha consiste em que essa seqüência culturalmente localizada de comportamentos sexuais é tratada como universal e necessária. Ela é tida como universal no sentido de se acreditar que todas as pessoas que praticam atos sexuais devem conformar-se a tal seqüência de ações (de modo que os atos e a seqüência sejam normativos) e que a referida seqüência faz parte da prática cultural da maioria das culturas, senão de todas. E é tida como necessária no sentido de se acreditar, comumente, que a excitação sexual decorre da prática dessas atividades e que, na ausência delas, a excitação e o orgasmo não ocorreriam. A segunda conceituação falha é que a parte excitante de um encontro sexual se apoiaria inteiramente nos componentes obviamente sexuais dos encontros. Há um bom número de indícios de que a seqüência física roteirizada está inserida numa seqüência roteirizada maior de comportamentos sociais que tendem a ser produtores de excitação sexual: a antecipação do encontro, o vestir-se com esmero, o jantar com música dançante, a ida ao cinema, o consumo de bebidas e as manifestações públicas de afeição, tudo isso provoca a excitação, prepara o terreno e permite as atividades sexuais subseqüentes.

Mesmo que a atenção se restrinja ao que é convencionalmente tido como os "componentes sexuais" do contato social mais amplo, depara-se com dificuldades imediatas ao adotar uma abordagem universalista do caráter das técnicas sexuais. O simples exame dessa seqüência comportamental corrobora isso prontamente. No curso usual das coisas, um casal sexualmente aculturado e experiente nos estágios iniciais do relacionamento tende a dar início ao componente sexual de um contato social quando ambos os parceiros estão vestidos, e depois eles se despem, no decorrer da interação sexual (ver maiores detalhes em Gagnon, 1977). Os pares sexuais mais bem estabelecidos (os casados e outros com histórias mais longas de interação sexual) podem despir-se antes do sexo e dar início às atividades sexuais já nus. A maioria dos casais, independentemente da duração dos relacionamentos, costuma passar por uma seqüência inicial de atos que é moderadamente previsível, que parte dos abra-

ços e beijos e evolui para as carícias recíprocas sobre o corpo vestido, primeiro acima da cintura e, depois, abaixo dela. Segue-se a isso uma fase intermediária de carícias e beijos recíprocos no corpo semidespido ou nu, que comumente inclui carícias manuais da genitália. Nesse ponto, entretanto, há diversas ramificações potenciais, cuja escolha é variável conforme os casais e a ocasião. Em certas ocasiões, alguns casais podem passar ao coito, um ou ambos os parceiros podem entregar-se a contatos orogenitais (antes ou depois do coito) e os casais também podem praticar diversas formas de sexo anal.

O tempo dedicado a cada uma dessas atividades, a seqüência delas e os níveis de excitação sexual experimentados diferem, dependendo da história sexual do indivíduo e da história sexual do casal (Peplau, Rubin e Hill, 1977). Assim, um adolescente sem experiência fica extremamente excitado com simples abraços e beijos, como pode acontecer com uma pessoa mais experiente que esteja com um novo parceiro sexual. Entretanto, à medida que as pessoas se tornam mais experientes ou que os relacionamentos se prolongam, as expectativas sobre o que normalmente faz parte da interação sexual se modificam, e os níveis intensos de excitação ficam vinculados a formas de conduta mais íntimas. Em muitos casos, o comportamento se torna mais rotineiro e as seqüências de interação são bastante previsíveis, assim como os graus de excitação. Noutros, as pessoas restringem o que fazem sexualmente com vários parceiros, dependendo dos níveis de intimidade, enquanto outras pessoas têm uma seqüência preestabelecida que praticam com todos os parceiros.

Esta simples descrição já sugere o quão complexo deve ser o processo de aquisição e manutenção de um conjunto competente de técnicas sexuais. Os jovens que experimentam tais atividades pela primeira vez e em novos relacionamentos provavelmente se preocupam em saber por quanto tempo praticar qualquer das atividades, se o parceiro se compraz com elas, se devem prosseguir para o que é tido como práticas mais íntimas e até que ponto devem excitar-se com essas atividades (o que envolve um manejo do intrapsíquico e do interpessoal) (Gagnon, 1972; Simon, Berger e Gagnon, 1972).

Muitas vezes, essas escolhas representam um conjunto de experiências que é gerador de extrema ansiedade. Sensações e turbulências similares são experimentadas por adultos de todas as idades com novos parceiros sexuais. O manejo da técnica sexual no encontro também tem ligações com aspectos não-sexuais do relacionamento e com as futuras relações sociais entre os membros do casal. Quanto mais de perto examinamos as interações sexuais efetivas que as pessoas mantêm e sua prática das técnicas sexuais, mais complexo se torna esse processo. Ao descrevermos a seqüência de atividades, surge um roteiro normativo simples. Mas, quando esse roteiro é posto em prática com um parceiro sexual de verdade, faz-se necessária uma ampla variedade de improvisações que testam a competência. É evidente que muitas pessoas evitam esses aspectos do desempenho sexual que testam a competência, seja restringindo o que fazem, seja restringindo o número de pessoas com que o fazem.

Há indícios de que os casais do mesmo gênero também enfrentam problemas semelhantes. Os jovens que começam a ter contato físico com pessoas do mesmo gênero constatam que, muitas vezes, é difícil decifrar o que fazer com quem, e com que efeito. Tais dificuldades parecem ser um pouco maiores entre as moças do que entre os rapazes, cujas experiências com homens mais velhos ou com a masturbação oferecem oportunidades de aprender o que fazer, na prática ou por analogia. Entre as moças, a passagem para a estimulação genital parece demorar um pouco mais e, a julgar pelos dados limitados sobre as técnicas sexuais entre lésbicas, o sexo oral só aparece em alguns relacionamentos e numa fase um pouco posterior à de técnicas similares entre os homens. Problemas parecidos afetam a prática do sexo oral e anal entre os homens que praticam o sexo com homens. Há indivíduos e situações em que apenas uma técnica é preferida ou permitida. Por exemplo, existem homens que não gostam do papel de penetrado no sexo anal e não se excitam com ele, e existem interações sexuais em que apenas uma técnica específica é apropriada (*e.g.*, entre o prostituto de aparência máscula e seu parceiro pagante, interação na qual este último apenas pratica a felação no primeiro) (Reiss, Anderson e Spoonagle, 1980).

Há apenas um volume modesto de provas do caráter mutável dos roteiros sexuais que estruturam o uso de técnicas sexuais. Talvez os dois exemplos mais bem documentados sejam o da mudança do papel do sexo oral nas relações com o "gênero oposto" e o do equilíbrio entre o sexo oral e anal nas relações entre *gays*. Tem havido um aumento recente do interesse científico pela incidência e pela freqüência do sexo anal nas relações heterossexuais, mas, como esse aumento tem sido primordialmente impulsionado pela epidemia de AIDS, tem havido pouco interesse na roteirização dessa conduta (quem a pratica, quando a pratica, por que a pratica etc.).

MUDANÇA DOS ROTEIROS DE SEXO ORAL EM CASAIS FORMADOS COM O "GÊNERO OPOSTO"

O lugar do sexo oral nas interações sexuais com o "gênero oposto" sempre foi complexo. Em termos dos cenários sexuais tradicionais, ele sempre foi uma "atividade antinatural", que parecia desviar-se do coito como culminância apropriada da interação sexual, e foi tratado pelo direito e pela religião como criminoso ou pecaminoso. Kinsey inverteu o argumento biológico nessa questão, contra-argumentando que o sexo oral se manifestava amplamente no campo dos mamíferos e, por conseguinte, fazia parte da abundância e da variedade da natureza que eram reprimidas pela vida civilizada. No pensamento social mais avançado do manual secular do casamento, o sexo oral parecia ser uma atividade com diversas virtudes: era um prelúdio do coito que expressava um nível mais acentuado de intimidade interpessoal ("Eu não faria isso com qualquer um(a)"); uma atividade que aumentava mecanicamente a lubrificação e, portanto, a facilidade do coito; e, por último, uma atividade que parecia produzir (por uma multiplicidade de razões, tanto mecânicas quanto psicológicas) níveis mais intensos de excitação psicológica. Nos argumentos mais liberados, comumente formulados pelas feministas, o sexo oral conducente ao orgasmo, particularmente para as mulheres, foi visto como um fim em si e como um pouco melhor do que o coito, para fins de satisfação sexual. Todos esses argumentos

são prova da mudança dos cenários culturais concernentes ao sexo oral (Gagnon e Simon, 1987).

Os dados de pesquisa restritos sobre o sexo oral sugerem que, de fato, ele é hoje mais corriqueiro do que no passado e ocupa um lugar comum, senão freqüente, nos contatos sexuais de pessoas solteiras e casadas nos Estados Unidos. Alguns dados adicionais sugerem que, muitas vezes, o sexo oral é a técnica predileta entre os homens que usam o serviço de prostitutas e, por razões diferentes, entre as próprias prostitutas. Embora tenha havido um aumento da proporção das populações que o praticam, há indícios de que ele conserva um caráter problemático para adultos com experiência sexual e para jovens que mal começam a reunir os elementos de um roteiro sexual competente (Shostak, 1981).

Num exame dos dados colhidos pelo grupo de Kinsey numa amostra de conveniência, composta sobretudo de pessoas brancas, jovens e com instrução superior, entrevistadas principalmente na década de 1940, constatou-se que, entre os solteiros, o sexo oral se restringia basicamente aos que tinham experiência no coito e, embora fosse maior o número de homens com essa experiência, as mulheres experientes no coito relataram uma prática maior de sexo oral do que os homens (Gagnon e Simon, 1987). Além disso, quanto maior a freqüência com que as mulheres haviam praticado o coito, maior a probabilidade de relatarem haver praticado o sexo oral. O que isso sugere é que, no período em que tais dados foram colhidos (fim da década de 1940), o sexo oral tornou-se parte da seqüência de técnicas posteriores à ocorrência do coito, e que, à medida que este se tornou mais freqüente, aumentou a probabilidade do sexo oral. Na época de Kinsey, havia uma discrepância substancial entre os depoimentos de homens e mulheres sobre o sexo oral, ou seja, os homens estudados relataram um número maior de práticas não-maritais de felação e um número menor de práticas de cunilíngua do que as mulheres. O excedente de felações não-maritais sugere que os homens deram depoimentos exagerados sobre essa prática, ou praticavam o sexo com o que era chamado de "mulheres licenciosas" ou prostitutas, com isso produzindo um excesso de experiência

com o sexo oral, em contraste com o que relataram as mulheres mais convencionais no livro sobre a sexualidade feminina. Entretanto, na coorte mais recente entrevistada por Kinsey, as proporções de mulheres e homens que relataram a prática de sexo oral no casamento aproximaram-se de 70% e, apesar de infreqüente, o sexo oral parece ter feito parte do roteiro sexual convencional das pessoas casadas instruídas do fim da década de 1940 (Gebhard e Johnson, 1979; Kinsey et al., 1953).

Nos dados mais recentes dos estudos feitos com populações jovens nos Estados Unidos, parece ter havido um aumento substancial da proporção de rapazes e moças que praticam o sexo oral antes do casamento. Num estudo nacional de estudantes universitários realizado antes de 1970, as cifras foram de 30% entre os homens e 25% entre as mulheres (Gagnon e Simon, 1987). Num estudo feito com estudantes universitários e não-universitários numa grande cidade, essas taxas subiram para 60% e 57%, respectivamente (DeLamater e MacCorquodale, 1979). Esse período assistiu a um aumento drástico da proporção de moças que mantinham relações sexuais (em todos os estudos), e foi entre essas jovens que ocorreu o aumento da experiência de sexo oral. O importante é que há uma igualdade na proporção de mulheres e homens que relatam ter praticado o sexo oral não-marital, o que sugere uma mudança nas práticas pré-maritais dos homens e uma nova reciprocidade, pelo menos nas técnicas usadas nos contatos sexuais. Outros estudos mais recentes de populações juvenis sugerem que, entre os adolescentes mais jovens, o sexo oral talvez esteja ocorrendo entre os que não têm experiência do coito, e o padrão observado é o garoto introduzir esse comportamento para induzir a garota ao sexo oral ou ao coito, enquanto a jovem pratica o sexo oral para evitar o coito (Coles e Stokes, 1985; Newcomer e Uldry, 1985). A dificuldade de organizar um roteiro sexual é sugerida pelos relatos de que as moças informam praticar o sexo oral para "satisfazer" os rapazes, e não por seu próprio prazer. Isso sugere a dificuldade de integrar o interpessoal com o intrapsíquico nas fases iniciais da aprendizagem sexual. Embora tenha surgido uma vigorosa literatura pró-sexo oral na década de 1970,

como parte da retórica geral da técnica incentivada por livros como *The Joy of Sex* [*A alegria do sexo*], ela não parece haver penetrado nos segmentos adolescentes ou jovens da população norte-americana.

O sexo oral parece ter diversos usos e significados nos roteiros dos contatos sexuais. Em ocasiões diferentes e em diferentes relacionamentos, os mesmos movimentos físicos podem ser praticados para evitar o coito, para expressar intimidade, como sinal de competência erótica ou como um ato de poder ou degradação (Simon e Kraft, 1990). Os dados estatísticos indicam que o sexo oral é mais comum em termos do número de relacionamentos nos quais ocorre e em termos do número de contatos sexuais em cada relacionamento (Blumstein e Schwartz, 1983). Essa constatação não nos deve sugerir que isso constitua um retorno ao natural, mas sim que o sexo oral é uma técnica sexual característica de grupos sociais mais testados e experientes, em que o erótico funciona como uma afirmação das relações interpessoais.

O PAPEL MUTÁVEL DO SEXO ANAL NAS RELAÇÕES ENTRE *GAYS*

A influência das forças ambientais e ideológicas na roteirização das técnicas sexuais é demonstrada, de maneira dramática, nas mudanças havidas no papel do sexo anal nos relacionamentos entre *gays*, nos últimos vinte anos. Antes do advento da liberação dos *gays* e do orgulho *gay*, a maioria das práticas sexuais de homens e mulheres "com o mesmo gênero" ocorria em condições jurídicas e sociais extremamente repressivas (Hooker, 1966). Quase todos os "homossexuais", como eram chamados na linguagem medicalizada da época, viviam alguma versão da condição de "enrustidos". Em outras palavras, freqüentemente ocultavam seus interesses eróticos da maioria das pessoas importantes de sua vida (como familiares, colegas de trabalho e amigos), em função do perigo de serem condenados ao ostracismo. Para muitos dos que, por esta ou aquela razão, não estavam convencidos da heterossexualidade ou sentiam-se mal com ela, a "comunidade homossexual" pré-Stonewall foi o primeiro ponto de acesso a uma coletividade a qual podiam participar (Dank, 1971). Na maioria

dos lugares, essa comunidade quase clandestina era uma coleção anônima de pontos de encontro públicos (em geral, bares e tabernas que serviam bebidas alcoólicas e, por conseguinte, ficavam restritos aos que eram "maiores de idade"), predominantemente utilizados por uma coleção meio fragmentada de indivíduos, com o objetivo primário de permitir contatos sexuais e uma sociabilidade transitória. Entretanto, a maioria dos homens e algumas mulheres "homossexuais" também encontravam amigos e amantes nessa comunidade. Quando os relacionamentos afetivos e sexuais dos casais corriam bem, era comum os indivíduos se afastarem dela. Quando tais relações de casal se rompiam ou se tornavam sexualmente insatisfatórias, os indivíduos comumente voltavam à vida pública da comunidade "homossexual". Esse ciclo de afastamento e reingresso proporcionava aos observadores desavisados a idéia de que a busca constante de novos parceiros sexuais era característica de todos os homens "homossexuais". Todavia, essa penumbra de relações afetivas mais estáveis podia ser encontrada em torno de uma população mais constante de freqüentadores habituais e empregados, para os quais as instituições da comunidade "homossexual" eram fontes primárias de identidade, além de proporcionarem bem-estar social e econômico (Warren, 1974). Fora dessa comunidade, nos casos extremos, alguns homens e mulheres eram profundamente enrustidos, alguns eram casados e passavam a vida inteira mantendo apenas contatos pessoais ou eróticos limitados com pessoas do mesmo gênero, e outros se tornavam assexuados (Humphreys, 1970).

Para os que participavam da comunidade "homossexual", sempre havia grandes perigos. Muitas pessoas eram chantageadas, roubadas, agredidas ou assassinadas por parceiros sexuais ou por bandidos heterossexuais, sem recorrer à polícia; outras eram detidas em bares ou pontos de encontro sexuais; e outras perdiam o emprego ou eram expulsas com desonra das forças armadas (Bell e Weinberg, 1978; Gagnon e Simon, 1973). A religião condenava os sodomitas, a justiça e a polícia processavam "as bichas",[3] a psiquiatria tratava os

[3] No original, *queens*. (N. da R.)

"pervertidos", a maioria dos pais recuava, horrorizada, ante o medo de que um filho fosse "afeminado",[4] e muitos homens normais dispunham-se a espancar os "veados".[5] Os medos e a angústia gerados entre os homens e mulheres "homossexuais" por essas situações de opressão eram interpretados, por sua vez, como uma prova da instabilidade mental e social dos perseguidos.

Esse ambiente de expressão sexual criava uma situação em que a atividade sexual anônima quase sempre ocorria em locais públicos e semipúblicos e, mesmo em particular, os encontros muitas vezes se davam entre duas pessoas que pouco sabiam uma da outra e talvez nunca voltassem a manter relações sexuais. O sexo oral era muito mais fácil, particularmente em situações mais públicas, e, embora muitos homens praticassem o sexo anal, poucas vezes este era a prática favorita. Além disso, havia uma tendência a ver a pessoa que preferia ser penetrada no sexo anal como afeminada e pouco máscula. Esta última dificuldade tanto era interpessoal quanto intrapsíquica: muitos homens não se dispunham a escolher parceiros "afeminados" demais, e muitos dos que gostavam do sexo anal tinham dificuldade de integrar seu desejo dessa prática com seu sentimento de serem masculinos. Em contraste com outras sociedades em que o sexo anal era comum, em virtude de uma clara divisão simbólica dos gêneros entre penetradores e penetrados – os primeiros eram "homens", os segundos, "mulheres" –, a situação dos Estados Unidos era muito mais ambígua, com a masculinidade e a feminilidade relacionando-se de maneira mais frouxa (e, por vezes, brincalhona) com a preferência de gênero nas relações eróticas.

Outros aspectos da conduta sexual dos "homossexuais" podiam ser entendidos em relação a esse clima de perseguição. Assim, a busca vigorosa de parceiros sexuais por homens "homossexuais" nessa fase inicial do compromisso (chamada de *lua-de-mel*, na gíria) também deve ser entendida como uma reação às condições históricas específicas do tornar-se "homossexual" na comunidade "homosse-

[4] No original, *sissy*. (N. da R.)

[5] No original, *faggot*. (N. da R.)

xual" (Dank, 1971). A ênfase acadêmica nos aspectos sexuais do período de assunção da opção sexual esconde as dificuldades da aquisição dos componentes principais da inserção como "membro" consumado da comunidade "homossexual" – as aptidões sexuais, a gíria, as piadas, a diferenciação entre os parceiros, o apaixonamento, a formação de casais, o desapaixonamento –, nenhum dos quais é "naturalmente" adquirido.

Com o advento da liberação *gay*, da substituição do rótulo de *homossexual* por *gay* e da criação de comunidades novas e mais abertas de *gays* e lésbicas em diversas metrópoles, modificou-se o contexto ambiental da vida sexual de pelos menos alguns *gays* (D'Emilio, 1983; Humphreys, 1972). À medida que se modificou o ambiente da sexualidade, tornou-se possível, mesmo em contextos anônimos (como as saunas), os homens passarem tempo suficiente juntos, com privacidade bastante para que ocorresse o sexo anal (embora essa privacidade nem sempre fosse necessária) (Bell e Weinberg, 1978). Além disso, houve mudanças no clima ideológico. Com a emergência da cultura dos clones, surgiu um novo panorama cultural da vida *gay* que enfatizava o exibicionismo masculino e a masculinidade e, em conseqüência disso, a efeminação, as exibições afeminadas e o medo da efeminação diminuíram drasticamente (White, 1980). A nova ideologia dizia que os *gays* eram homens, antes de mais nada, e que os atos sexuais preferidos por eles não reduziam sua masculinidade. Por conseguinte, a inibição do sexo anal era apenas pessoal e preferencial, em vez de ter uma base na ideologia e nas condições materiais. Na década de 1970, houve um aumento drástico do número de relações sexuais anais na comunidade *gay* e, como conseqüência, um aumento do número de doenças sexualmente transmissíveis decorrentes dessa prática sexual.

É plausível argumentar que essas mudanças da prática sexual, isto é, a maior reciprocidade do sexo anal e o aumento dos índices de sexo anal, foram a sementeira comportamental da epidemia de AIDS (Wiley e Herschkorn, 1990). Entretanto, com o advento da AIDS e o reconhecimento do papel do sexo anal sem proteção na transmissão do HIV, o que se observou foi um declínio drástico

(pelo menos nas cidades em que se realizaram pesquisas competentes) do índice geral de sexo anal e, em particular, do índice de sexo anal sem proteção (Connell e Kippax, 1990; Hessol, 1987; Joseph, 1987). Esse declínio se evidencia não só nos dados provenientes de relatos pessoais, mas também no declínio de outras infecções sexualmente transmitidas por meio do coito anal.

O aumento e a redução posterior do índice de sexo anal entre os *gays* sugerem a flexibilidade da roteirização das técnicas sexuais e o imediatismo com que muitos roteiros sexuais respondem às circunstâncias sociais e históricas. Ao mesmo tempo, o aumento do sexo anal teve um caráter complexo e implicou mudanças nos cenários culturais (o rompimento da ligação entre o sexo anal e a efeminação e a ascensão de uma cultura *gay* masculinizada), bem como no manejo intrapsíquico das novas identidades (de "homossexual" para *gay*, de maricas[6] para clone). O declínio do sexo anal tanto resulta da AIDS quanto de outro conjunto de mudanças em andamento na comunidade *gay*, as quais envolvem o aumento do número de relações conjugais, a redução do sexo no primeiro encontro e um movimento de afastamento de um estilo "licencioso" de vida sexual para um estilo de vida sexual *gay* mais orientado aos relacionamentos (Levine, 1988; McWhirter e Mattison, 1984). Essas alterações do estilo de vida já eram observáveis, na verdade, no começo da década de 1980, antes que a epidemia de AIDS se transformasse numa questão pública. À medida que envelheceu o componente do *baby boom* da comunidade *gay*, tornou-se possível para esses homens, nas novas condições da vida dos *gays*, adotar relações conjugais mais abertas, públicas e assertivas. Isso os afastou da comunidade sexual mais ativa. Ao mesmo tempo, a existência de uma comunidade *gay* significou que "assumir" a opção sexual deixou de ser uma simples questão sexual para os jovens, os quais sentiram menos necessidade de praticar o sexo para confirmar sua identidade. A nova complexidade e a natureza pública da comunidade *gay* significaram que esta se transformou em mais do que uma coletânea de atores sexuais,

[6] No original, *sissy*. (N. da R.)

passando a ser uma comunidade em que os jovens podiam sentir-se inseridos. É possível que o efeito geral da epidemia de AIDS tenha consistido em acelerar uma mudança social geral que já estava em andamento, enquanto seu efeito mais restrito foi reduzir o índice de sexo anal. Esse processo já foi identificado por Martin Levine como "a heterossexualização do desejo *gay*" (1988).

As mudanças observadas na técnica sexual têm de ser vistas como parte de um declínio generalizado da rigidez dos roteiros da conduta sexual nos últimos quarenta anos. Houve época em que "homossexual" era a pessoa cujo comportamento era inteiramente definido por sua orientação sexual e em que os roteiros da conduta sexual com o mesmo gênero pareciam provir diretamente dessa orientação. As visões mais contemporâneas foram resumidas por Pat Califia: "É estranho que a orientação sexual seja definida exclusivamente em termos do sexo de um dos parceiros. Não creio que me seja possível presumir coisa alguma sobre outra pessoa por me haverem informado que ela é bissexual, heterossexual ou 'homossexual'. [...] Para muitas pessoas, quando um parceiro ou uma situação sexual têm outras qualidades desejáveis, é possível deixar de lado o sexo do parceiro. Exemplos disso são a preferência pelo sexo grupal, por determinada origem socioeconômica, pelo sexo pago, pelo sadomasoquismo, por um grupo etário específico, por um tipo físico ou uma raça, e pelo sexo anal ou oral" (1983, p. 2).

A complexidade da preferência de gênero nas relações eróticas, tanto na ideologia quanto na prática, deve ser vista como parte de um declínio generalizado da constância e da rigidez dos pacotes de papéis apropriados na sociedade. À medida que se reduziram os preconceitos de gênero, raciais, etários, religiosos e étnicos, o mesmo se deu com os preconceitos contra as variações de conduta sexual. Assim, as mudanças no campo da sexualidade foram impulsionadas não apenas pelas teorias sobre o sexo e os fatores sexuais, mas também por mudanças na cultura mais ampla, particularmente no campo da teoria e da prática concernentes ao gênero.

A ROTEIRIZAÇÃO DA AGRESSÃO E DA VIOLÊNCIA SEXUAIS

A maioria das considerações populares e científicas da violência e da agressão entre indivíduos tem uma semelhança substancial com as explicações populares e as explicações científicas tradicionais da conduta sexual (para uma resenha dessas concepções, ver Stearns e Stearns, 1986, e Tavris, 1982). Ambas são tidas como tendências que podem ter uma expressão impulsiva ou descontrolada na presença de estímulos ambientais provocantes e, nos dois casos, a ausência da expressão desses impulsos é função de um nível satisfatório de autocontrole ou da inexistência de provocação. Embora, numa gama estreita de circunstâncias, o sexo e a agressão se expressem adequadamente (por serem direcionados para um bem social), há neles um potencial de perturbações impulsivas ou descontroladas do fluxo da interação normal, pacífica e não-excitada. No plano do indivíduo, e especialmente entre os homens, as emoções de raiva e cólera, tidas como antecedentes dos atos de violência (assim como o desejo antecede os atos sexuais), são vistas como necessitando de controle constante, uma vez que podem ser facilmente provocadas. Tal como o "impulso" sexual "masculino", que corre o risco de ser liberado por uma exibição sexual imprópria, a agressividade é tratada como um potencial constante, à espera de ser liberado pelas ameaças à honra, à segurança ou aos bens de uma pessoa viril (Simon, 1982).

Esses elementos comuns dos cenários culturais convencionais da reflexão sobre o sexo e a violência resultam em problemas conceituais similares. A convicção de que o sexo e a agressividade são impulsos cerceados pelo autocontrole (a versão internalizada da coerção ou das normas sociais) e de que ambos podem ser acionados por certos tipos de provocação ambiental tem duas conseqüências importantes. A primeira é que as pessoas que violam as regras referentes à expressão da agressividade ou da sexualidade (ou das duas juntas) podem tornar-se alvo de vários tipos de estratégias de culpabilização social. A segunda é que as vítimas da violência ou da agressão sexual podem ser responsabilizadas por provocá-las. Isso aciona uma luta

pela virtude (uma disputa de culpas) entre os criminosos e as vítimas (até os próprios nomes dão início à disputa, uma vez que os criminosos procuram não ser responsabilizados e as vítimas procuram estabelecer a legitimidade de sua vitimação), luta esta que pode ser travada em diversos campos, especialmente nos tribunais.

Nos últimos anos, uma abordagem mais complexa da agressividade (inclusive sexual) e dos afetos que lhe estão associados tomou o rumo da abordagem da sexualidade adotada pela perspectiva da construção social e pela roteirização. Para muitos cientistas sociais, evidenciou-se que a agressividade e a violência (assim como a sexualidade) são formas socialmente padronizadas de conduta e ocorrem nas ocasiões que lhes são apropriadas (Averill, 1982, 1984; Tavris, 1982). As brigas de rua, o vandalismo dos torcedores de futebol, as disputas territoriais entre gangues e as brigas entre marido e mulher, ou entre pais e filhos, são contatos socialmente roteirizados. Não ocorrem o tempo todo, mas são temporariamente organizados, têm precursores e seqüelas e exibem um caráter internamente organizado. Até as declarações explicativas que as pessoas fazem depois dessas ocasiões de violência ou agressão são inteiramente convencionadas pela sociedade. Além disso, as próprias emoções atribuídas a esses acontecimentos (que parecem causá-los) são situacionalmente evocadas. Essa visão é compatível com um grande número de trabalhos recentes sobre a psicologia social das emoções, que as trata como níveis intensificados de excitação, evocados e nomeados nas situações que lhes são propícias (por exemplo, os sentimentos de tristeza nos funerais e de alegria nos casamentos) (Hochschild, 1983).

A agressão e a violência são atos sociais, e são roteirizados como todos os atos sociais. As experiências que os indivíduos relatam, de terem sido tomados por sentimentos agressivos (também poderíamos ler *sexuais*, nesse ponto) ou provocados além de seus limites de controle, são roteiros aprendidos de como ser agressivo e como se entregar a justificações e explicações *a posteriori*. O fato de essa conduta ser roteirizada e explicável em termos sociais não significa que não possamos agir responsabilizando alguém, e que não possamos portar-nos em relação a essas pessoas de modos que reduzam a probabilidade de que elas repitam seus atos. Mesmo num mundo socialmente determinado, é perfeitamente plausível que algumas pessoas tentem eliminar os comportamentos de que não gostam, por meio de tentativas de modificar os cenários culturais e/ou os roteiros interpessoais e intrapsíquicos.

ROTEIROS DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA AS MULHERES

A questão da violência sexual contra as mulheres tem estado na agenda dos pesquisadores da sexualidade desde o fim da década de 1960, com o aumento da onda atual de ativismo feminista nos Estados Unidos. Esse interesse por todos os aspectos da violência sexual contra as mulheres produziu diversas agendas de pesquisa: (1) a renovação do interesse pelo estudo dos criminosos sexuais, envolvendo o diagnóstico e o tratamento; (2) a preocupação em determinar a incidência real do estupro e da agressão sexual na população, bem como em diferenciar os diversos tipos de situações de estupro (por exemplo, estupro por estranhos, por parceiros de encontros ou por cônjuges); (3) a determinação, na população geral de homens e mulheres, da gama de atitudes e valores (e, até certo ponto, de comportamentos) que parecem promover o estupro; e (4) o estudo laboratorial da relação entre as representações explícitas da sexualidade (não-violentas e violentas) e as manifestações posteriores de agressividade.

Esse projeto de pesquisa se desenvolveu durante um período em que houve um aumento de 5,5 vezes o índice de estupros registrados nos Estados Unidos (passando de 16.860 em 1966 para 91.111 em 1987) (Baron e Straus, 1989, p. 3). Há um debate considerável sobre a proporção desse aumento a ser atribuída a uma elevação real do número de estupros, e não à maior disposição e capacidade das mulheres de denunciar esses crimes à polícia. Os esforços das feministas, no sentido de tornar os órgãos policiais e o sistema judicial mais receptivos às vítimas de estupro, sem dúvida aumentaram as denúncias, assim como o fizeram as exposições da mídia que retratam, de maneira positiva, as tentativas das mulheres de lidar com o

estupro e com sua denúncia à polícia. Ao mesmo tempo, o número de mulheres que levam uma vida independente, não têm filhos e trabalham fora aumentou a proporção das mulheres da sociedade que correm o risco de sofrer agressões sexuais. A resolução atual dada por este autor a tal problema consistiria em afirmar que houve um aumento modesto do índice de estupros, e que o grosso do aumento observado resulta, provavelmente, do maior número de denúncias.

Ao mesmo tempo, há indícios de que o estupro continua a ser a forma de crime grave que é menos denunciada à polícia. Aliás, dados de levantamentos de amostras da população em geral sugerem que apenas metade ou menos dos casos de estupro são denunciados. O exame rigoroso dessas pesquisas sugere que talvez também haja dificuldades com essas cifras. Ao se fazerem comparações entre as estatísticas do sistema policial e os resultados de pesquisa, há indicações de que existem denúncias feitas àquele que não são incluídas nestes, o que sugere que os dados de pesquisa não captam todos os eventos não-denunciados. Pelo menos em parte, isso decorre do uso de denúncias "por procuração" nos levantamentos, nas quais um familiar incluído na amostra relata índices de vitimação de outros membros da família. Isso presume que a pessoa amostrada tenha conhecimento das experiências de vitimação de outros familiares. Além disso, pelas razões indicadas abaixo, as pesquisas não parecem captar com mais eficiência do que os levantamentos do sistema policial os chamados "estupros por conhecidos". A despeito dos debates em torno da dimensão do problema, há provas sistemáticas, provenientes de todas as fontes de dados, de que a violência e a coerção sexuais são relativamente comuns entre todas as mulheres, e de que algumas destas são relativamente vulneráveis, em caráter permanente, a essas formas de violência e coerção. Aliás, os dados da terceira leva de entrevistas com mulheres que responderam à Pesquisa Nacional sobre Crianças (realizada em 1987, e na qual as respondentes estavam principalmente na faixa etária de 18 a 22 anos) indicam que 7% da amostra responderam afirmativamente à pergunta "Houve alguma vez em que você foi obrigada a

praticar sexo contra a sua vontade, ou em que foi violentada?" (Moore, Nord e Peterson, 1989).

A confrontação desses fatos levantou alguns problemas sérios sobre a roteirização das relações sexuais entre rapazes e moças e entre mulheres e homens nos Estados Unidos. O problema é saber se esses altos índices de violência e coerção sexuais resultam da influência dos cenários culturais nos roteiros interpessoais, ou de padrões falhos de relação interpessoal. Os argumentos calcados no cenário cultural se concentraram em três fatores: (1) os homens e (até certo ponto) as mulheres aceitam uma série de crenças culturais sobre a sexualidade masculina e feminina, bem como sobre as reações femininas a investidas sexuais que promovem a encenação de roteiros sexuais violentos (Burt, 1980; Fine, 1984; Jackson, 1978); (2) as representações da mulher na mídia em geral e, mais particularmente, as representações sexualmente explícitas do feminino levam, por meio de efeitos de construção de modelos ou pela criação de um clima geral de desrespeito à mulher, a atos de violência sexual (Lederer, 1980; Malamuth e Donnerstein, 1984); e (3) os Estados Unidos são uma sociedade violenta em termos gerais, na qual grande parte dessa violência é legitimada de várias maneiras, e a violência contra as mulheres é um simples efeito "secundário" (embora alguns estudos macrossociológicos desse fator não tenham corroborado seu efeito nos índices de estupro no nível estadual; ver Baron e Straus, 1989). Em correlação com o segundo argumento, a desigualdade entre os gêneros (ou nos roteiros das relações de gênero), independentemente das influências sexuais, fomenta um desprezo pela mulher que pode expressar-se no campo sexual. As pesquisas sobre os roteiros interpessoais têm examinado as diferenças entre as relações da mulher com o estuprador (seria ele um estranho, um conhecido ou um cônjuge?) e o modo como o manejo de interações específicas é gerador de violência.

Os estudos sobre a influência dos cenários culturais e das imagens de sexo explícito na violência sexual têm sido, na maioria das vezes, experimentais, que manipulam diversos elementos do material sexual roteirizado, na tentativa de verificar se essas diferenças

nos roteiros produzem diferenças na excitação ou na agressão sexuais. Esse trabalho pautou-se por pesquisas anteriores que mediram a excitação sexual subjetiva e fisiológica de homens e mulheres em resposta a diferentes tipos de material erótico não-violento (roteiros românticos *versus* roteiros eróticos) e com formas diferentes de apresentação (fitas de áudio, *slides*, filmes). A maioria dos estudos experimentais que enfocaram as crenças e representações culturais sobre a mulher em materiais explicitamente sexuais examinou os modos pelos quais alguns tipos de estímulos roteirizados produzem diferenças de comportamento ou de atitude. Os estudos das crenças culturais (amiúde medidos pelas Escalas de Aceitação do Mito do Estupro e de Aceitação da Violência Interpessoal [Burt, 1980], ou por variações delas) concentraram-se no impacto de vários componentes dos roteiros sexuais na capacidade de esses roteiros produzirem excitação ou neutralizarem as inibições. Num dos experimentos, no qual se usaram medidas subjetivas da excitação, apresentaram-se aos sujeitos roteiros em que havia anuência mútua *versus* roteiros que continham elementos coercitivos, inclusive roteiros em que a mulher coagida experimentava um orgasmo involuntário e/ou dor (Malamuth e Check, 1980; Malamuth, Heim e Feshbach, 1980). Os resultados desse e de outros estudos similares foram que a crença no mito do estupro tendia a produzir níveis mais altos de excitação diante das representações de estupro e que, quando se incluíam elementos do mito do estupro (o de que as mulheres forçadas a praticar o sexo ficam excitadas a despeito de sua vontade) nos roteiros apresentados, essa excitação ocorria até mesmo entre homens e mulheres aparentemente normais.

Uma tradição superposta de pesquisas similares se desenvolveu em torno da apresentação de materiais eróticos roteirizados e das tentativas de verificar se a inclusão de elementos agressivos influencia os resultados comportamentais e atitudinais (Malamuth e Donnerstein, 1982, 1984). Essas pesquisas foram motivadas pela preocupação de que o sexo (tratado por esses pesquisadores como um "poderoso estímulo e um reforço não-condicionado") vinha se fundindo com a agressividade nos meios de comunicação de massa e

na "pornografia", com um potencial de mudanças nas atitudes e nos comportamentos. Os resultados substantivos desse conjunto de trabalhos têm sido problemáticos, embora tenham esclarecido um pouco as maneiras pelas quais as representações roteirizadas podem ser manipuladas para criar níveis diferentes de excitação em populações normais, tanto de rapazes quanto de moças. Além disso, a própria pesquisa depende de o comportamento sexual ser roteirizado de maneiras diferentes no tocante a seu efeito, em vez de ser um "poderoso estímulo e um reforço não-condicionado". O que há de notável nessas pesquisas é o quanto a excitação depende do caráter do roteiro apresentado. Em geral, não há provas de que o material sexualmente explícito, sem componentes agressivos, tenha produzido um índice mais elevado de condutas agressivas, independentemente de como este tenha sido medido nos experimentos, e os resultados concernentes ao impacto do material sexualmente explícito com componentes agressivos foram dúbios, com algumas abordagens mostrando um efeito e outras não (Linz, 1989). Talvez o mais problemático seja a falta de congruência entre o roteiro laboratorial da utilização de material sexualmente explícito e o roteiro que rege a utilização desse material em situações não-laboratoriais. Houve um debate animado sobre essa questão (ver Mould, 1988, e as respostas de Donnerstein e Linz [1988] e de Malamuth [1988], bem como um artigo anterior de Berkowitz e Donnerstein [1982]). Há indícios substanciais de que, quando o material de sexo explícito é visto a sós e em particular, o resultado costuma ser a masturbação. Quando esse material é visto em contextos não-experimentais ou públicos (cinemas ou outros estabelecimentos comerciais), os resultados reais são mais ambíguos e há pouca comprovação empírica num ou noutro sentido. Poderíamos levantar a hipótese de que os homens sozinhos, depois de verem esse material, não seriam facilmente provocados a praticar agressões sexuais. Entretanto, os dados concernentes a homens em grupo, particularmente depois de beberem, não são igualmente claros.

A roteirização da conduta sexual que envolve agressão aparece sob um prisma um pouco diferente, quando os estudos da coerção

sexual são examinados de acordo com a natureza dos relacionamentos em que ocorrem. Há provas irrefutáveis de que o estupro, tal como legalmente definido, ocorre com certa freqüência em quase todas as relações entre homens e mulheres – entre estranhos, conhecidos, cônjuges, colegas de trabalho e parentes – e de que a coação e o assédio sexuais ocorrem muito mais comumente nessas mesmas relações. A representação desses tipos de relacionamento nas pesquisas não retrata sua freqüência no mundo. É comum haver um número insuficientemente representativo de denúncias de estupro e coerção sexual, tanto nas pesquisas quanto nos registros policiais, exceto nas relações em que o agressor é um estranho. Mesmo nos levantamentos feitos com base em depoimentos pessoais, o estupro por conhecidos e a atividade sexual coercitiva com conhecidos são pouco denunciados, em parte pela pouca disposição de descrever a coação no seio dos relacionamentos como violência sexual ou comportamento criminoso.

Todas essas relações em que ocorrem a coerção sexual e o estupro envolvem diferentes tipos de roteiros, baseados nas diferenças das relações implicadas entre papéis sociais. As agressões e a coerção sexuais observadas entre homens e mulheres que mantêm um relacionamento afetivo e sexual não-marital parecem ocorrer quando as expectativas anteriores de sexo, por parte do homem, são frustradas. As situações em que um casal ainda não praticou o sexo e o homem acredita que a mulher havia inicialmente concordado em fazê-lo, e depois mudou de idéia, são particularmente férteis para a coerção sexual (Byers, 1988; Check e Malamuth, 1983; Murnen, Perot e Byrne, 1989). No casamento, o estupro parece surgir com mais freqüência em dois tipos de relacionamentos: primeiro e mais comumente, aqueles em que a mulher é fisicamente maltratada e em que a violência sexual faz parte do quadro mais amplo de maus-tratos conjugais; e segundo, aqueles em que houve dificuldades anteriores quanto à freqüência da manutenção de relações sexuais ou quanto às técnicas julgadas apropriadas nos contatos sexuais do casal (Finkelhor e Yllo, 1981). Em cada um desses casos, há variações específicas do cenário cultural para o uso "legítimo" da força, mas todos têm a

característica comum do homem cujos direitos legítimos ao sexo (em função do relacionamento) são frustrados pela recusa desses direitos por parte da mulher. O direito de o homem empregar medidas coercitivas para manter relações sexuais tende a ser tratado como mais legítimo à medida que o relacionamento assume níveis maiores de permanência e legalidade.

O estupro e a coerção sexual de mulheres "desprotegidas" envolvem elementos de roteiro um pouco diferentes dos praticados com mulheres "protegidas". Nesses casos, as mulheres tornam-se alvo da violência e da coerção sexuais por terem certos atributos (*e.g.*, conduta, indumentária, raça) ou estarem em certos locais que as definem como sexualmente acessíveis. Assim, as mulheres que trabalham na indústria do sexo têm histórias de atividade sexual muito conhecidas dos homens, conhecem parceiros sexuais em bares e boates ou quando bebem, são divorciadas ou levam uma vida independente, todas estas são mais vulneráveis ao estupro e à coerção do que as mulheres encontradas ou conhecidas em papéis ou posições "protegidos". Tais mulheres são particularmente vulneráveis ao assédio, à coerção sexual e ao estupro ao entrarem em contato com homens reunidos em grupos (esse risco abrange os encontros com homens em todos os níveis sociais e inclui estudantes universitários de classe média, quadrilhas do proletariado, operários da construção civil e membros das forças armadas em licença). Mulheres sozinhas podem ser assediadas por grupos de trabalhadores; a mulher que se embriaga e mantém relações sexuais com um homem de um grupo tende a ser abordada e, às vezes, estuprada por outros; e, em alguns casos, gangues de homens ou rapazes estupram mulheres que lhes são desconhecidas.

O estupro praticado por estranhos, contra mulheres previamente desconhecidas, enquadra-se no estereótipo das relações sexuais violentas entre homens e mulheres e, muitas vezes, esses homens são tratados como se fossem inteiramente diferentes dos outros no tocante a importantes atributos psicológicos individuais. Como já assinalado, esses estupros são os mais fáceis de denunciar pelas vítimas, e a conduta desses homens, especialmente quando têm uma

história pregressa de estupros, é interpretada, com extrema facilidade, como conseqüência de uma psicopatologia individual, que resulta numa incapacidade de autocontrole sexual (Groth, 1979). Esforços consideráveis de pesquisa têm sido dedicados à busca de diferenças psicológicas entre os estupradores e outros agressores violentos, mas não estupradores, ou entre eles e sujeitos de controle normais, e tem-se dedicado certa atenção à determinação dos atributos psicológicos específicos dos estupradores múltiplos ou em série (como no caso dos assaltantes ou ladrões de automóveis em série). Em geral, esses estudos realmente estabelecem diferenças entre os estupradores e vários sujeitos do grupo de controle, mas pouco desse trabalho tem efeitos práticos sob a forma das políticas adotadas em termos de encarceramento ou programas de tratamento. Essa abordagem, além disso, não explica os níveis altíssimos de coerção e violência sexual sofridos pelas mulheres e praticados por homens que não correspondem aos critérios jurídicos ou psicológicos do estuprador. Raciocinando com base nesses estudos, teríamos um conjunto de estupradores "verdadeiros" e, além destes, um grande número de homens que, por uma ou outra razão não-patológica, coagem mulheres, psicológica ou fisicamente, a manter relações sexuais com eles. Assim, tais casos seriam tratados como acidentes ou como interações sexuais normais que, por algum motivo, deram errado.

Uma teoria da violência e da coerção sexuais no nível dos cenários culturais referentes ao gênero foi sugerida por algumas feministas (Brownmiller, 1975; MacKinnon, 1987). Afirmam elas que a atual estrutura das relações de gênero nos Estados Unidos (a situação do patriarcado), na qual as mulheres exercem papéis inferiores em todas as dimensões da vida social, impregna os cenários culturais, os roteiros interpessoais e os roteiros intrapsíquicos da conduta sexual. Em outras palavras, toda conduta sexual, por parte de todos os indivíduos da sociedade, tanto mulheres quanto homens, é moldada pelo poder que os homens exercem sobre as mulheres. Isso inclui, no dizer de MacKinnon (1987), as experiências de excitação e prazer sexuais. O estupro é, simplesmente, a expressão suprema desse

poder, e os estupradores representam o extremo do *continuum* da conduta dos homens para com as mulheres. Essa tese assinala que a coerção é endêmica nas relações sexuais entre mulheres e homens (de fato, muitas mulheres informam simplesmente "assentir" em muitas relações sexuais que os homens acreditam serem avidamente buscadas). Essa coerção vai desde o nível mais baixo da convicção popular (que é um cenário cultural) de que, "quando a mulher diz 'não', quer dizer 'talvez'", que estimula os homens a insistirem na tentativa de manter relações sexuais com mulheres que não as desejam, até a coerção da mulher pelo marido ("é meu direito"), o sexo entre pessoas de poder desigual (alunos e professores) e as agressões sexuais violentas praticadas por estranhos. Embora o roteiro individual invocado em cada relação possa variar, oferecendo distinções entre os tipos de contato, o que serve de esteio a todos os atos de violência e coerção é o cenário cultural patriarcal. Aliás, afirma-se ainda que, à medida que as mulheres se tornarem mais independentes dos homens, tanto no plano social quanto no sexual, os índices de violência deverão aumentar, porque mais mulheres terão um "*status* desprotegido" e os homens se sentirão cada vez mais ameaçados pela perda de seu poder sobre elas.

Todas as visões da violência e da coerção sexuais utilizam, explícita ou implicitamente, o conceito de roteiros sexuais. Os experimentadores oferecem a seus sujeitos "roteiros" de caráter variável, destinados a provocar excitação, e presumem a existência de cenários culturais que promovem ou inibem a violência sexual. Os pesquisadores que fazem levantamentos presumem que os respondentes são capazes de dar informações sobre contatos roteirizados que contêm elementos de violência, e concebem escalas que recorrem, por meio de uma série de itens, à existência de cenários culturais. Os diagnosticadores usam as respostas a estímulos sexuais roteirizados para estabelecer diferenças entre o grupo avaliado e o grupo de controle, e as feministas pressupõem a existência de roteiros culturais hegemônicos que regem os roteiros interpessoais e intrapsíquicos.

OS ROTEIROS E A PRÁTICA DA TERAPIA SEXUAL

É claro que existem muitos tipos de problemas sexuais, que vão desde os primariamente abordados pelo direito criminal (às vezes, com ajuda da medicina) até os abordados pela psiquiatria como formas de doença mental, e outros ainda que são abordados por uma mescla de prestadores de cuidados psicológicos e médicos. Esses conjuntos de problemas podem ser descritos como crimes sexuais, distúrbios sexuais psicogênicos e disfunções sexuais, respectivamente. Seria cômodo que, do ponto de vista nosológico, o conteúdo desses conjuntos se mantivesse constante, mas, nos últimos cem anos, tem havido uma luta constante para determinar as formas de conduta sexual que devem ser vistas como problemáticas e, em sendo problemáticas, como convém rotulá-las e que coletividades profissionais devem responsabilizar-se por elas. Uns poucos exemplos dessa luta devem bastar.

O estupro é crime há muito tempo, mas só recentemente o estupro conjugal foi transformado em crime da lei escrita, e só agora o estupro por conhecidos vem sendo processado com sucesso (Finkelhor e Yllo, 1981). Durante cerca de cem anos, o estupro tanto tem sido considerado crime quanto distúrbio psicogênico, e a polícia e o sistema penal, de um lado, e a medicina, do outro, têm discutido quem tem o direito de explicar a conduta do estuprador e quem tem o direito de tratá-lo. Na década de 1930, desenvolveram-se novas respostas e instituições medicalizadas para criminosos sexuais perigosos (o psicopata sexual e o criminoso sexual com perturbações mentais), mas os estupradores raramente foram confinados nesses programas (Gebhard et al., 1965). As feministas entraram nesse debate, insistindo que o estupro não é um crime "sexual", mas um crime de violência, o que reduz a estigmatização da vítima. Elas têm resistido à criação de um diagnóstico psiquiátrico para o estuprador, a fim de manter esse comportamento como crime (o diagnóstico de "violentadorismo" foi proposto na revisão recente do *Manual Diagnóstico e Estatístico* da Associação Norte-americana de Psiquiatria).

O sexo "com o mesmo gênero" era um crime definido pelo ato (sodomia) e pelo objeto do desejo, no direito canônico e no direito penal, mas só em caráter intermitente tem sido agressivamente perseguido nos últimos cem anos. A medicina transformou a sodomia em homossexualidade e se interessou tanto pela personalidade quanto pelo ato. Na década de 1920, havia-se construído uma teoria completa da homossexualidade. A terapia da fala foi introduzida para a classe média, enquanto os menos afortunados iam para a cadeia ou eram publicamente degradados (Katz, 1983). Durante a década de 1950, foram envidados esforços preliminares para descriminalizar e desmedicalizar a "homossexualidade", enquanto os terapeutas do comportamento tentavam curá-la por meio do condicionamento aversivo. Com a liberação *gay* dos anos 70, surgiu uma nova categoria social e os *gays* e lésbicas despontaram como parte de uma nova comunidade semi-étnica, que resiste à terapia e à criminalização, mas pode buscar tratamento para disfunções sexuais (Nichols, 1988).

Faz muito tempo que a impotência tem sido uma preocupação entre os homens, mas nunca se pensou nela como crime. Sua origem psicogênica foi reconhecida desde cedo por Montaigne (Matalene, 1989), mas, nas primeiras décadas do século XX, esse era um terreno disputado pelos urologistas e pelos psiquiatras (bem como pelos endocrinologistas de primatas, com transplantes de glândulas de macacos). Na década de 1960, a impotência recebeu a nova denominação de "disfunção eréctil" e, hoje em dia, desenvolveram-se vários tratamentos comportamentais, rótulos diagnósticos e técnicas terapêuticas (técnica da constrição, dessensibilização sistemática, redução da ansiedade quanto ao desempenho e implantes penianos, inibição do desejo sexual e narcodiagnóstico), de modo que há bastante trabalho para todos (Tiefer, 1986).

Nessas descrições sucintas, podemos identificar três processos: (1) a mudança no nível de estigmatização e controle social voltados para formas específicas de conduta sexual; (2) os agentes sociais responsáveis pela explicação e pelo tratamento; e (3) a mudança no caráter da prática terapêutica. Essas mudanças fazem parte da modificação dos cenários culturais que nos instruem sobre como reagir

a esses "problemas" ou "não-problemas", bem como dos roteiros interpessoais em que a conduta se expressa ou é abordada como problemática. Ao mesmo tempo, os roteiros intrapsíquicos se modificam, à medida que os indivíduos pensam de diferentes maneiras e perante diversas platéias sobre o que fazem sexualmente. Assim, o estuprador, ou o homem com dificuldade de ereção que é tratado como quem sofresse de um "problema psicológico", comporta-se e pensa de outra maneira, se o problema for tratado como sendo de mau caráter, e não de hormônios insuficientes. O *gay* que se preocupa com o suicídio interpreta essas preocupações como ligadas à sua situação de vida atual (ou à opressão dos heterossexuais), e não a seu desejo de manter relações sexuais com homens. O "homossexual", em contraste, pode ser convencido de que a falta de auto-estima que sente é em função de sua perversão (Socarides, 1978). Nesses casos, as doenças que as pessoas têm decorrem dos tratamentos que elas recebem.

Dadas essas mudanças no conjunto mais amplo de relações sociais em que está inserida a sexualidade, teria sido possível prever a emergência, durante a década de 1960, de uma nova tradição de tratamento. A ascensão geral das terapias do "aqui e agora", que se concentravam nas questões atuais da vida das pessoas, e não na etiologia dos distúrbios, brotou não só da tradição behaviorista da psicologia nos Estados Unidos, mas também de psicólogos que se rebelaram contra a tradição psicanalítica (Davison, 1968; Lobitz e Lopiccolo, 1972). A extensão dessas técnicas aos problemas sexuais ocorreu nos anos posteriores a 1960 e foi consolidada na mente do público e dos cientistas pelo trabalho de Masters e Johnson (Masters e Johnson, 1966, 1970). Os procedimentos terapêuticos pareciam apoiar-se solidamente nas pesquisas laboratoriais descritivas sobre o ciclo da resposta sexual, e houve um ciclo de publicidade muito parecido com a reação ao trabalho de Kinsey.

O que Masters e Johnson propuseram foi uma tentativa de reescrever os roteiros de um campo mais antigo de problemas sexuais, que eles recategorizaram (primeiro passo da reformulação do roteiro) como disfunções sexuais, embora nunca tenham usado a palavra

roteirização. O que observaram (e que, desde então, foi observado por outros terapeutas) foi que muitos casais com disfunções (distúrbios da ereção, ejaculação precoce, coito doloroso, anorgasmia) entregavam-se a atividades sexuais ineptas, mal orientadas ou emocionalmente aversivas, que se haviam introduzido em seu relacionamento. Impossibilitados de conversar entre si sobre o problema, ou empenhados em terapias da fala que lidavam com ele como propriedade exclusiva de um ou outro membro do casal, essas pessoas viam o problema tornar-se crônico. Em outras palavras, a ausência do orgasmo ou a impotência tinham sido roteirizadas na relação, tanto no nível do indivíduo quanto no do casal. Masters e Johnson acreditavam que o que faziam era despir a história evolutiva inibidora ou falha do relacionamento, e revelar os processos sexuais naturais, que então podiam ser encenados sem dificuldade pelos casais. O que eles faziam, na verdade, era educar ou reeducar os casais, legitimando práticas sexuais antigas e novas, erotizando (ou reerotizando) a relação e ensinando um conjunto-padrão de habilidades e técnicas destinado a manter a concentração sexual (Gagnon, Rosen e Leiblum, 1982).

Esse pacote de técnicas, que, de maneiras mais e mais modificadas, tornou-se a base da terapia sexual direta, fundamenta-se em técnicas comportamentais e cognitivas bastante padronizadas. Tais técnicas pressupõem que os padrões de comportamento sexual tenham sido roteirizados anteriormente e que, em condições apropriadas de aprendizagem, podem ter seus roteiros reformulados para atender melhor às expectativas do indivíduo ou do casal. Usando principalmente um modelo de aprendizagem social, avalia-se o comportamento do indivíduo ou do casal (isto é, que há de errado no roteiro?), institui-se um plano de mudanças do comportamento, e o casal ganha a oportunidade de fazer seu "trabalho de casa", a fim de aprender seus novos roteiros ou de inserir vários elementos comportamentais no roteiro existente (Leiblum e Pervin, 1980). O uso de co-terapeutas de gêneros diferentes é um reconhecimento da fundamentação dos roteiros sexuais no gênero. Em geral, esses processos parecem funcionar mais eficazmente com os indivíduos

disfuncionais do que as "terapias da fala", uma vez que dão ensejo a uma prática de atividades sexuais com baixo grau de ansiedade.

O avanço para esses procedimentos decorreu de mudanças fundamentais nos cenários culturais que regiam a atividade sexual na sociedade. Era fatal que os terapeutas se sentissem no direito de receitar "sessões práticas", "trabalhos de casa" e, em alguns casos, os serviços de substitutos sexuais para os que estavam sem parceiros no momento. A masturbação, que tinha sido uma das práticas sexuais mais condenadas, foi cada vez mais importada pelos regimes de terapia sexual, para fins de diagnóstico e tratamento (Lobitz e Lopiccolo, 1972). Usaram-se representações eróticas como material estimulante e para aumentar os níveis de fantasia e receptividade sexuais (Barlow, 1973). Os *gays* e lésbicas passaram a ser mais e mais tratados por suas disfunções sexuais, e não por serem *gays* e lésbicas. A própria capacidade de passar para a terapia sexual direta decorreu de mudanças no plano cultural, em termos do que era e do que não era apropriado para os terapeutas e seus pacientes.

É claro que as dificuldades de roteiro levadas pelos indivíduos para o tratamento existem nos níveis intrapsíquico e interpessoal, e a maioria das intervenções, embora não todas, implica mudanças em ambos (McCormick, 1987; Rosen e Leiblum, 1988). Os roteiros podem ser avaliados em termos de sua complexidade, rigidez, convencionalismo e satisfação, ou da medida em que correspondem a algum ideal de comportamento sexual alimentado pelo casal ou pelo indivíduo. Os distúrbios podem situar-se nas cognições das pessoas (fantasias que produzem culpa ou angústia), na relação entre as cognições e o desempenho (fantasias que procuram tornar-se realidade sem o desejo compartilhado do parceiro), ou no próprio desempenho. A conduta rígida, simples e convencional de um dos parceiros pode resultar na insatisfação do outro. Poucos foram os terapeutas que usaram conscientemente a roteirização sexual como base de seus procedimentos, mas eles usam implicitamente essas técnicas quando cuidam das dificuldades de interação do casal ou das fantasias que parecem impróprias para o terapeuta ou o paciente.

À medida que ficou mais ou menos consolidado o conjunto de técnicas de tratamento das disfunções tradicionais, a questão do desejo sexual inibido ou reduzido passou a ocupar o centro do palco, como a mais importante das doenças sexuais. Em geral, esses casos chegam à terapia porque um dos parceiros da relação informa ter mais desejo de relações sexuais do que o outro ou, em alguns casos, quando os pacientes afirmam achar que têm menos desejo sexual do que lhes parece que deveriam ter. Tais casos só puderam começar a aparecer depois de existir um padrão cultural, por mais difuso que fosse, que dizia que as pessoas deveriam praticar o sexo e comprazer-se com ele. Nesse clima de opinião pública, os membros de um casal ou os indivíduos podiam sentir que não estavam tendo um desempenho de nível satisfatório. Adotaram-se várias abordagens dessa dificuldade, porém a maioria situou-se no nível do indivíduo ou do casal (Leiblum e Rosen, 1988). É menos comum analisar-se a ausência de apoio social para os altos níveis de desejo sexual, bem como os cenários culturais existentes para a produção de períodos de alto nível de desejo nos indivíduos e casais. Os altos níveis de desejo nos adultos são associados ao fato de eles serem jovens ou terem novos parceiros sexuais, assim como às violações das normas eróticas convencionais e ao descompromisso com as obrigações sociais convencionais. Muitas vezes, o tratamento do nível reduzido de desejo de indivíduos e casais não reconhece a discrepância entre cenários culturais e oportunidades estruturais de altos níveis de desejo e o contexto efetivo do desempenho sexual na sociedade.

Quase todos os indivíduos e casais, mesmo nas condições bastante peculiares de aprendizagem da sexualidade existentes nos Estados Unidos, tornam-se praticantes bastante satisfatórios da sexualidade em diversos relacionamentos sexuais. A maior parte dessa aprendizagem se dá nos relacionamentos em que os casais elaboram sozinhos o que lhes é conveniente. A maioria dessas relações fica aquém das metas absolutas estipuladas por livros como *A alegria do sexo*, mas apenas algumas pessoas acham que as dificuldades experimentadas em suas relações sexuais precisam de terapia sexual. Quase todas se ajeitam com o que têm, reduzem o número de práticas

sexuais que consideram insatisfatórias, ou buscam outros relacionamentos. As que chegam à terapia são obviamente selecionadas, de diversas maneiras que não têm uma relação direta com o nível de dificuldade sentido por elas em seus relacionamentos. Em conseqüência disso, a distribuição das dificuldades observadas na terapia não pode ser generalizada para os índices ou distribuições das dificuldades encontradas na população em geral. A importância desta observação está no fato de que o grau de satisfação sexual na sociedade depende tanto do nível de insatisfação dos indivíduos e casais com sua vida quanto no das práticas sexuais efetivas a que eles se entregam.

CONCLUSÃO

Examinar a conduta sexual pela perspectiva da roteirização nos permite organizar e vincular o que as pessoas pensam, o que fazem e a maneira como são afetadas pelo contexto sociocultural em que vivem. Ver a conduta como "roteirizada", nos planos interpessoal e intrapsíquico, confere ao comportamento a qualidade de uma narrativa em que a conduta se compõe de eventos ordenados no tempo, os quais ocorrem com regularidade suficiente para que os indivíduos os reconheçam em sua ocorrência, desejem participar deles com freqüência e se recordem deles depois de encerrados. No plano cultural, as instruções para a conduta não se isolam como "regras" ou "normas", porém se inserem, antes, em narrativas do bom e do mau comportamento, das coisas a serem feitas e das coisas a serem evitadas. As mudanças dos cenários culturais são mudanças nos sistemas de instrução sobre a conduta. Essas mudanças proporcionam aos indivíduos a oportunidade de reorganizar o que pensam sobre a sexualidade e lhes oferecem metas diferentes, quando eles se engajam na atividade sexual. Ao se unirem sexualmente, os indivíduos são solicitados a modificar o que fazem na prática e o que pensam a seu próprio respeito em conseqüência disso.

Duas concepções importantes decorrem dessa perspectiva. A primeira é que todos os comportamentos sociais são roteirizados, inclusive os encontros entre pesquisadores e sujeitos de pesquisas sobre a sexualidade, terapeutas e pacientes em terapia sexual e os autores que escrevem sobre a sexualidade. Esses encontros se compõem de roteiros intrapsíquicos e interpessoais e são ordenados, em parte, por cenários culturais sobre como o pesquisador e o sujeito, o terapeuta e o paciente, o escritor e o leitor regem sua conduta. Similarmente, quando os pesquisadores fornecem material erótico para excitar um sujeito experimental, confiam em roteiros anteriores, além de criarem um novo roteiro; quando os terapeutas prescrevem a técnica da constrição ou um implante cirúrgico, introduzem novos elementos no roteiro sexual de um casal ou um indivíduo; e, quando os autores escrevem sobre sexo, tentam modificar as instruções culturais sobre a sexualidade. Os componentes de um desempenho específico podem ser retirados do contexto do roteiro, mas é o roteiro que dá sentido aos componentes. A segunda concepção é que a sexualidade é mais do que um comportamento individual, e o que acontece na arena sexual de qualquer sociedade é conseqüência da cultura e da estrutura de oportunidades sexuais e não-sexuais existentes antes de qualquer indivíduo. Os roteiros sexuais existem, assim como todos os roteiros, nos níveis do individual, do interativo e do cultural. O desempenho de atos sexuais pauta-se por roteiros de todos os três níveis, e as mudanças potenciais da conduta sexual podem surgir de mudanças em qualquer nível de roteirização.

APÊNDICE: USOS ALTERNATIVOS DO CONCEITO DE ROTEIRO

Algumas variações do conceito de roteirização foram desenvolvidas na psicologia cognitiva e na tradição terapêutica da análise transacional. Uma delas é o emprego da idéia de roteiros na pesquisa sobre intérpretes computadorizados de histórias, que envolve a programação de computadores para que leiam narrativas e façam escolhas baseadas na interpretação destas (Schank, 1982; Schank e Abelson, 1977). Nesse tipo de pesquisa, *roteiro* refere-se exclusivamente a seqüências fixas de ação. Por exemplo, num roteiro de restaurante, quando termina a refeição, espera-se que o computador "entenda"

que o passo seguinte é pedir a conta. Nesse contexto, os roteiros são as unidades de nível mais baixo numa hierarquia de unidades modulares. São os elementos básicos que são montados em planos, os quais, por sua vez, tornam-se componentes de esquemas, e assim por diante. Quanto mais altos os módulos na hierarquia, mais gerais e flexíveis se supõe que sejam.

Num outro trabalho, realizado por Abelson (1981), os roteiros são tratados do ponto de vista dos atores humanos, mas com um foco permanente na idéia do roteiro como necessário à compreensão situacional. "Formula-se a hipótese de que aquele que compreende possui representações conceituais de seqüências estereotipadas de eventos, e esses roteiros são acionados quando o entendedor pode esperar que ocorram no texto eventos da seqüência" (p. 715). No caso do roteiro do restaurante, "[...] esse roteiro contém uma seqüência padronizada de eventos que caracterizam as atividades típicas num restaurante, do ponto de vista do freguês". Existem roteiros fortes (os que são extremamente interligados e seqüenciais) e roteiros fracos (que representam um mero conjunto de inferências).

Abelson assinala: "Existem roteiros na compreensão e roteiros no comportamento. Para se comportar dentro de um roteiro, ou seja, para assumir um papel como o de freguês de um restaurante, o indivíduo deve não apenas compreender que essa possibilidade existe, mas comprometer-se com a execução dela. (Invoco deliberadamente o conceito de compromisso neste ponto. Dar início à execução de um roteiro costuma implicar o compromisso de levá-la até o fim. Não se sai prontamente de um restaurante logo depois de sentar, nem se sai de um consultório dentário antes que o dentista termine.)" (p. 719).

Do ponto de vista de Abelson, a execução dos roteiros pode envolver muitos dos seguintes aspectos: (a) ações eqüifinais ou substituíveis (pode-se beijar ou abraçar, praticar o sexo oral ou o coito) que produzem resultados semelhantes; (b) escolhas variáveis num dado momento de um roteiro, mas, uma vez feita a escolha, os passos seguintes são mais previsíveis; (c) vias específicas de roteiros em que é possível saltar ou limitar etapas; (d) seleção de cenas

que estabeleçam o grau de força do roteiro (a orgia pode ser uma cena fraca e imprevisível); (e) várias trilhas ou sub-roteiros, tais como a variação entre o sexo por dinheiro e o sexo com um cônjuge (cada um dos quais é um subconjunto do roteiro de coito do homem/da mulher; (f) potencial de interferências e obstáculos – a campainha ou o telefone podem tocar, ou talvez não haja camisinhas; (g) grandes distrações, como incêndios ou terremotos; e, por último, (h) comportamentos livres, na maioria dos roteiros, que permitem imputar novos sentidos à ação ou incluir novos comportamentos (o almoço imposto pelo poder ou a penetração do homem pela mulher).

Em outro trabalho que utiliza o conceito de roteirização, o roteiro representa seqüências rotineiras de ações repetitivamente executadas. Apresentam-se aos indivíduos seqüências de roteiros rotineiros e não-rotineiros e avalia-se sua recordação de cada um. Na quase totalidade dos casos, as pessoas lembram-se mais prontamente dos roteiros não-rotineiros e, em muitos deles, discernem nos roteiros elementos de rotina que não estão presentes no material usado como estímulo (Smith e Graesser, 1981, e muitos outros). A importância desses resultados para a lembrança retrospectiva, nas pesquisas conduzidas por meio de levantamentos, é evidente. Uma variação dessas pesquisas enfoca a relação entre as bases do conhecimento e a ação, avaliando se o conhecimento dos roteiros antes da ação aumenta a eficácia (Gioia e Poole, 1984). Em alguns casos, a rotinização da ação é tão completa que se chegou a propor um estado de automatismo irrefletido na execução (Langer, 1978; Langer, Blank e Chanowitz, 1978).

No trabalho de Tompkins, a cena é a unidade básica de análise, um conjunto interligado de cenas é uma trama, e o roteiro é um conjunto básico de regras para prever, interpretar, reagir a um conjunto de cenas e controlá-lo (Tompkins, 1978). Logo, o roteiro é um organizador de subunidades de comportamento. Tompkins levantou a idéia de roteiros nucleares adquiridos na infância, e que podem ter conseqüências pela vida afora (Mosher e Tompkins, 1988). Nesse caso, a roteirização tem uma dimensão mais evolutiva e talvez

clínica do que seu uso na psicologia cognitiva.

A tradição da psicoterapia transacional usou explicitamente as metáforas do roteiro e do jogo como uma heurística para fazer os pacientes analisarem suas condutas "autodestrutivas" (Berne, 1966). Isso se tornou uma perspectiva teórica sumamente elaborada, usada primordialmente na comunidade da análise transacional (ver *Transactional Analysis Journal*).

Na roteirização social, o roteiro é a única unidade molar descritiva de todos os atos; nessas condições, os roteiros podem ser usados para interpretar processos mentais (por exemplo, projetos para o futuro e lembranças do passado), a orientação das interações públicas e a estrutura semiótica dos ambientes. São não-hierárquicos, no sentido de não constituírem um "nível" num sistema mais amplo de processamento de informações/tomada de decisões, ou de personalidade. São também variáveis em termos de flexibilidade, indo do ritualístico ao improvisatório, conforme o contexto cultural e histórico.

A BUSCA DO DESEJO